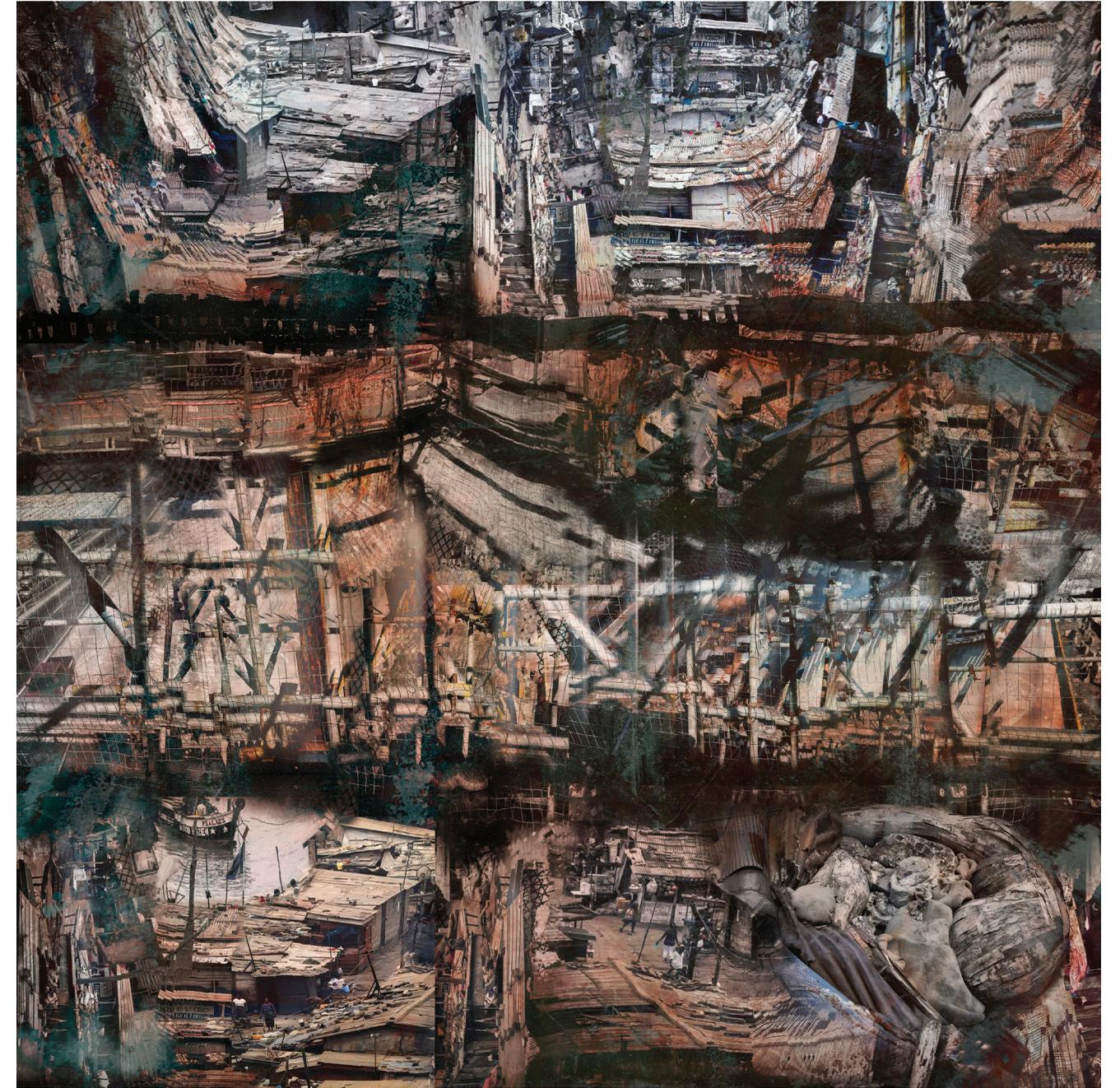


Rio de Janeiro entre
UTOPIAS
& DISTOPIAS
urbanas



Rio de Janeiro entre
UTOPIAS
e DISTOPIAS
urbanas

ORGANIZADO PELA FASE RIO COM APOIO DA FUNDAÇÃO HEINRICH BÖLL BRASIL
RIO DE JANEIRO, 2021

**FICHA
TÉCNICA**

Rio de Janeiro entre utopias e distopias urbanas

Idioma: português

Organização: Aercio Barbosa de Oliveira
(educador da FASE RJ e assessor da FASE Nacional)

Autores dos textos: Aercio Barbosa de Oliveira, Bruno Alves de França, Caroline Rodrigues da Silva, Mônica Ponte e Rachel Barros de Oliveira.

Revisão: Aercio Barbosa de Oliveira e Bruno Alves de França

Fotos capa e interior: Luiz Baltar

Projeto gráfico e diagramação: Rachel Gepp

Impressão: Imprint 2001 Gráfica



Apoio:

HEINRICH BÖLL STIFTUNG
RIO DE JANEIRO
Brasil

SUMÁRIO

- 07** Apresentação
Equipe da FASE RJ
- 13** As metrópoles brasileiras e o capitalismo rentista-financeiro
Aercio Barbosa de Oliveira
- 21** As opressões urbanas e os sujeitos em movimento
Caroline Rodrigues da Silva
- 29** A mobilização das mulheres na luta contra o patriarcado e na construção de uma outra civilização
Caroline Rodrigues da Silva e Rachel Barros de Oliveira
- 37** A raiz mulher negra – interseccionalidade como princípio, memória e caminhos
Rachel Barros de Oliveira
- 49** Juventudes nas cidades: cotidianos, lutas e resistências
Bruno Alves de França
- 59** Metrópole fluminense: desigualdades agravadas com a pandemia do coronavírus
Aercio Barbosa de Oliveira, Bruno Alves de França, Caroline Rodrigues da Silva, Mônica Ponte e Rachel Barros de Oliveira
- 67** A defesa da água como um bem comum para enfrentar o neoliberalismo
Aercio Barbosa de Oliveira e Caroline Rodrigues da Silva
- 75** Neoliberalismo e violência
Aercio Barbosa de Oliveira

APRESENTAÇÃO

“Rio de Janeiro – entre distopias e utopias urbanas” –, reúne textos produzidos por educadoras e educadores da FASE RJ¹ e fotografias de Luiz Baltar. Uma publicação lançada num ambiente social dramático. Quando as desigualdades socioeconômicas brasileira se agravaram em quase dois anos de pandemia do coronavírus; quando se acentua o desamparo das famílias – falta renda, falta de trabalho, falta de comida, falta de moradia, falta de programas de proteção social consistentes. No campo, na floresta, na cidade, nas quebradas, favelas, periferias ou metrópoles a pobreza e a miséria aumentaram.

No entanto, em meio a um mundo ambivalente, em que coexistem distopias e utopias, a FASE completa 60 anos de existência. Um feito, em que pese a dura realidade, que merece comemorar. Somos uma instituição de educação popular que lutou e luta ao lado dos oprimidos, por uma democracia radical, combatemos as injustiças sociais e defendendo modos de vida e de produção diferente da forma prevalente do sistema capitalista, combatemos o racismo, a misoginia e a homofobia. Atuamos no combate durante a ditadura militar, estivemos nas mobilizações pela redemocratização, criticamos os equívocos do neoliberalismo, do desenvolvimentismo e, nessa primeira quadra do século XXI, enfrentamos o neofascismo e a conjunção do neoliberalismo a um Estado brasileiro autoritário. A nossa prática está com um pé no presente, nas lutas sociais e institucionais, na busca de transformação já, mas, não deixamos de, com diferentes experiências que emergem nos territórios, mirar o horizonte utópico, de se somar às propostas alternativas ao capitalismo.

1. A equipe da FASE RJ: Aercio Barbosa de Oliveira, Bruno Alves de França, Caroline Rodrigues da Silva e Rachel Barros de Oliveira.

O neoliberalismo segue de pé e faz de tudo para se livrar de qualquer tipo de amarras que limitem a reprodução do capital. Uma dinâmica mundial, que se acentua em uma sociedade historicamente tão desigual e com instituições que sempre resistiram a assumir o Estado de Direito. Essas transformações não se limitam à ordem econômica e tecnocientífica. A cultura, o comportamento da vida social e privada, os valores, sofrem profundas transformações. Acompanhando essas mudanças, aceleradas, e sem precedentes, temos entre nós o colapso climático. Esse, agrava a vulnerabilidade das famílias que estão na base da pirâmide social. São dessas questões que essa publicação trata. É certo que nos textos se encontram consideráveis lacunas, mas seus conteúdos não fogem da responsabilidade de abordar essas transformações no Brasil e na região metropolitana do Rio de Janeiro.

Os impactos produzidos pelo capitalismo rentista-financeiro nas metrópoles; a importância de se defender os bens comuns como combate a exacerbação do privatismo e a um serviço público que se rende à lógica de gestão neoliberal; as desigualdades agravadas com a pandemia do coronavírus na metrópole fluminense; a mobilização das juventudes nas cidades; as transformações do tecido associativo urbano contemporâneo; a mobilização das mulheres; a interseccionalidade na luta contra o patriarcado e na construção de uma outra civilização; a relação do neoliberalismo com a violência nas metrópoles são temas dessa publicação. São textos escritos ao longo de dois anos de pandemia, ou seja, no calor de mudanças e tendências que se radicalizaram, em meio a atividades que realizamos com os coletivos, movimentos sociais e defensoras e defensores de Direitos Humanos.

Você tem em mãos textos que refletem nossas práticas educativas. Eles não são somente o resultado do acúmulo de leituras e de rigorosas e valiosas reflexões de pesquisadoras e pesquisadores das universidades. É isso também, mas é muito da nossa relação no cotidiano, nos territórios, no escutar e falar com quem está nas batalhas, nas peijas contra o Estado, contra os poderosos. São textos que se alimentam da teoria e da prática, uma marca da educação popular. E fazendo jus à prática educativa que valoriza as diferentes formas de linguagem, de comunicação e tantas outras expressões humanas, contamos, compondo a nossa publicação, com fotos de Luiz Baltar, do seu ensaio **Anomia**².

Baltar, um aliado de primeira hora, com muita maestria, capta a velocidade de um cotidiano que nos coloca num eterno presente, e

que, em meio a tamanha desordem, nos deixa azoados. O ensaio **Anomia**, em que somente uma parte dele está entre nossos textos, vale, no mínimo, pela desconstrução de uma história iconográfica quase sempre feita da perspectiva dos opressores – ou ao menos são essas que ganham notoriedade. De valor estético e histórico inestimáveis, o esteta Luiz Baltar nos confere a perspectiva do lado de quem luta. Expõe as vísceras do capitalismo que atrofia os sentidos e tenta eliminar a crítica. São fotos que inibem a possibilidade de se virar o rosto e ignorar as consequências de uma sociedade que caminha a passos largos para a desumanização. Onde corporações, rentistas, sempre em busca de ganhos fáceis, ao monetizar todas as dimensões da vida, expulsam famílias de seus territórios, destroem seus modos de vida, eliminam vidas, produzem o caos, investem na anomia. Mesmo com a saturação das imagens, em um mundo cuja realidade e virtualidade se confundem, parece não fazer mais sentido essa distinção, a fotografia, a sua arte, ainda tem o poder de agitar a sensibilidade e a razão.

Esperamos, com as fotos e os textos, lado a lado, expor a distopia, a anomia, que tanto nos ataranta, sem deixar de fecundar a crítica e a utopia necessárias. Mais uma das ambivalências que acompanha a vida, que, em nosso tempo, se acentua.

A EQUIPE DA FASE RJ DESEJA UMA BOA LEITURA!

2. Acesse o ensaio completo < <https://luizbaltar.com.br/ensaios/anomia/>>



As metrópoles brasileiras e o capitalismo rentista-financeiro

*"Nem tudo que é encarado pode ser mudado.
Mas nada pode ser mudado até ser encarado"¹*

Registros da historiografia, marcas em edificações que ainda estão de pé e em mitologias encontramos a força que a ideia de cidade possui em muitas culturas. Já sabemos, por outro lado, com os resultados de pesquisas etnográficas, que uma imensidão de grupos sociais não valoriza essa maneira de se organizar. Mas o propósito aqui é sumariamente destacar que mesmo passando por ressignificações, cidade é um conceito que alimenta constelações de ideias, na mente de especialistas e não especialistas, e toma forma material para se viver em espaços densamente habitados. E, ao mesmo tempo, apontar alguns aspectos das transformações radicais que esse fenômeno socialmente construído tem sofrido no século XXI.

Como exemplos de mitologia temos a Iorubá. Nesta, a cidade de Ifé, que prosperou entre os séculos XI e XV a.C., localizada na África Ocidental, onde hoje é a Nigéria, foi o local exato da criação. Em Ifé os orixás desceram dos céus e criaram o mundo como conhecemos e Obatalá e Oduduá, casal primordial e elã da criação, a povoaram, a transformando, assim, na primeira cidade de humanos. O mito de criação do mundo para a tradição Iorubá, portanto, se vincula a uma cidade. Outro mito de valorização da cidade é Grego e está na obra de Platão, Protágoras. Nesta, a cidade fora formada para proteger os humanos, presa fácil dos animais selvagens. Só isso, no entanto, não garantiria a paz entre os humanos. Zeus então ordenou que Hermes levasse aos mortais o Pudor e a Justiça, como princípios ordenadores das cidades e dos laços de aproximação entre a nossa espécie. Passemos para os registros da história e das edificações que ainda estão entre nós.

"O ar da cidade torna o povo livre" é uma asserção que, até hoje, pode ser encontrada grafada em pórticos de cidades europeias que integravam a Liga Hanseática. A Liga, uma das redes de comércio medievais, fundada em 1161, operava no setor de comércio marítimo, entre Gênova e Veneza, na Itália, depois entre Londres e os Países Baixos, até os portos do norte da Alemanha. Um servo, durante o feudalismo, se conseguisse chegar a uma dessas cidades tinha chance de se tornar livre da opressão do senhor feudal, para quem prestava absoluta subserviência. Em meados do século XIII, em algumas



**AERCIO BARBOSA
DE OLIVEIRA**

Educador popular,
coordenador da
FASE RJ e mestre
em filosofia no
programa de
pós-graduação
da UERJ

1. Fala de James Baldwin no documentário "Eu não sou seu negro" (dirigido por Raoul Peck, 2016).

dessas cidades, autoridades declaravam que um ex-servo, tinha direito à propriedade livre da interferência de autoridade superior, pois foi adquirida graças ao próprio esforço.

Atualmente, um pouco mais da metade dos 7,79 bilhões de habitantes do planeta vivem em cidades. É comum ouvirmos falar que nas cidades encontramos a oportunidade de ganhar a vida, é o local em que se produz riquezas, espaço oportuno para conhecer outras pessoas, para ampliar o nosso conhecimento e nossa sensibilidade por meio da troca de percepções a respeito da vida, da cultura e da arte que cada cidadão e cidadina fruem ou produzem. Não foram, contudo, só essas premissas que fizeram com que pessoas se deslocassem para as cidades ou, principalmente a partir da década de 1950, para os centros urbanos ou metrópoles, particularmente no Brasil e demais países do Sul Global. Esses deslocamentos humanos foram se materializando por fatores externos, impelidos pela disputa de poder, por guerras, para o desenvolvimento de uma determinada forma de produção, pelo desprezo dos governos à vida fora das cidades, pelas ideias de progresso e desenvolvimento etc.

Com a Revolução Industrial, mais o deliberado cercamento das áreas rurais em alguns países da Europa – o caso da Inglaterra é o mais conhecido –, as pessoas expulsas de suas terras, sem opção, seguiam para as cidades. Assim, as cidades dos séculos XVIII e XIX, nos países que se industrializavam, não eram nada agradáveis para a maioria da população que nelas viviam. Nas cidades, em frontal oposição às condições de exploração que homens, crianças, jovens e mulheres trabalhadoras se organizaram para sair daquela condição repugnante – péssimas condições de trabalho, ambiente de moradia sem higiene e sem o conforto mínimo para descansar e sem espaços adequados para o lazer. Com o objetivo de comerciar, de realizar as feiras, nos locais em que se negociavam exportações e importações de mercadorias, próximos aos portos, casas bancárias etc., as cidades foram se formando e crescendo.

Desse modo, as cidades cresceram acompanhando a expansão do capitalismo com a industrialização e, com elas e dentro delas, veio a luta de trabalhadores e trabalhadoras contra a exploração patronal. Organizaram-se movimentos por direitos trabalhistas, sociais e políticos, mas que não foram suficientes para acabar com a exploração cometida pelos proprietários de fábricas, uma minoria dona dos meios de produção. O conforto das cidades sempre foi para poucos, a maioria dos ricos e famílias abastadas sempre procuraram ficar distante do “furdução” das cidades e procuravam viver nos subúrbios. Ficaram distantes dos espaços mais adensados, mas nunca prescindiram da cidade para realizar seus negócios, para garantir a ampliação da renda e da riqueza dos seus. Ou, como bem sabemos, com reformas

urbanas, faziam o contrário – deslocavam os pobres, trabalhadoras e trabalhadores para áreas mais distantes do centro urbanizado e dos locais de trabalho.

Na América Latina constatamos que a história da formação das cidades é bem diferente das cidades europeias e da América Anglo-saxônica. E quando nos detemos à formação das cidades brasileiras identificamos significativas diferenças na formação da maioria das outras cidades dos outros países em nosso continente. A industrialização mais intensa, no caso brasileiro, a partir da última metade do século XX, impulsionou a ocupação das cidades que se transformaram, em um curto espaço de tempo, em grandes metrópoles conurbadas, onde temos dificuldades de delimitar as fronteiras dos municípios. Temos uma extensa malha urbana em boa parte da costa brasileira, cuja produção industrial ainda se concentra no eixo Sul-Sudeste.

Toda essa industrialização teve como base o patriarcado, a escravização e o patrimonialismo. Uma tríade que marca até hoje a dinâmica social das nossas metrópoles emolduradas pelo sistema capitalista. A evidência mais dramática desse mal legado foram os séculos em que o trabalho de escravizados predominava. No Brasil, o trabalho de escravizados durante quatro séculos, o dinamismo do enriquecimento do Império português e de países exploradores, das elites proprietárias de culturas extensivas, elucida boa parte da dinâmica de funcionamento das metrópoles brasileiras. Séculos de escravidão, certamente, não é a única fonte explicativa para tanta segregação socioterritorial, seletividade dos serviços públicos e todo o nosso “Estado-de-Mal-Estar-Social”² presente em nossas metrópoles contemporâneas, mas é um fato que contribui para moldar o imaginário social e, por consequência, práticas que naturalizam a violência contra as pessoas pobres, sobretudo as de pele negra ou não brancas.

A todo momento tomamos conhecimento dos efeitos dessa herança, seja nos atos racistas explícitos ou dissimulados, da violência contra a mulher, do genocídio de nações indígenas, no aumento da fome e da desigualdade, na violência contra o Outro ou na indiferença ao sofrimento alheio. Sabemos que a violência física e material se entrelaçam e estão entre nós desde a ocupação iniciada no século XVI. As violências, contudo, passam por transformações, adquirem novas roupagens e encontram justificativas ideológicas para a sua reprodução e uma certa naturalização social. Vejamos números que confirmam essa inferência: o número de pessoas assassinadas anualmente e a expansão da população carcerária brasileira são fenômenos

2. Expressão do sociólogo Francisco de Oliveira expressa no texto *A metamorfose de Arribaça*, publicado na Revista Novos Estudos nº27 - julho de 1990.

que confirmam a força das ideologias e as mudanças dos valores socialmente assumidos que poderiam conter essa indiferença à morte prematura de tanta gente. A maioria da sociedade toma conhecimento desses fenômenos, desses números, como se fosse algo inevitável. Nas últimas décadas, em média, 60 mil pessoas são assassinadas anualmente. A população carcerária brasileira triplicou em 20 anos, pois em 2000, o primeiro da série histórica do novo levantamento do Depen³, havia 232.755 presos em todo o país, no primeiro semestre de 2019 essa população chegou a 773.151. Até junho de 2019, eram pouco mais de 461.000 vagas para abrigar os quase 800.000 detentos. Esses números cresceram à medida que o neoliberalismo avançava. Provavelmente no momento que essa publicação chegar na sua mão, infelizmente, esses números horrendos serão maiores.

No final do século XX e na primeira quadra deste século, vemos transformações modificarem consideravelmente a maneira dos capitalistas (acionistas das corporações, financistas e banqueiros, proprietários de empresas, de plataformas digitais etc.) aumentarem a sua lucratividade. A clássica exploração do trabalho humano, dos bens da natureza, o uso da terra urbana e rural passam por uma metamorfose com impacto em todo o planeta. Ampliaram-se as formas de produzir valor para garantir o bem-estar de poucos com o desalento da maioria da população. Atualmente, o funcionamento do Estado, a forma de produzir coisas, a comercialização, impactam diretamente o trabalho humano e as metrópoles em uma configuração, no caso das brasileiras, bem distinta da sua origem.

Com o suporte tecnocientífico e da cultura neoliberal, que é bem mais que um programa de governo ao impactar as subjetividades, ganhos são extraídos de diferentes meios. O capital produtivo, aquele ligado à indústria, à produção de bens de consumo, de manufaturas, deixa de ser a única ou a principal fonte para ganhos monetário e de ampliação da riqueza. Hoje, no capitalismo, pessoas e corporações extraem seus ganhos e produzem valor na transação de bens intangíveis (marcas, patentes, propriedade intelectual etc.); com a renda obtida com a terra urbana ou rural; com a indústria extrativista, que transforma bens naturais e *commodities*; com os contratos, títulos e ações no mercado financeiro. Não há precedentes na história do capitalismo, em tamanha proporção, a extração de lucro ou valor pela simples circulação de dinheiro ou papéis no “cassino” global. Terras urbanas, por exemplo, que antes serviam basicamente para se construir edificações, podendo ser uma fábrica ou uma residência, um prédio comercial ou residencial, lastreiam a emissão de títulos e fundos imobiliários que entram no mercado financeiro especulativo.

3. Departamento Penitenciário Nacional.

É um padrão de funcionamento, associado à técnica, que não elimina o uso do trabalho humano, mas, quando utilizado, é precarizado, extenuante, sem contrato e garantias trabalhistas. Assim, o capital encontra menos constrangimentos legais para a sua reprodução, o que faz aumentar a desigualdade socioeconômica no planeta.

No interior dessa metamorfose encontramos metrópoles brasileiras mais segregadas. Os bens e serviços públicos se deterioram enquanto o “Estado de Mal-Estar-Social”, dentro desse quadro cultural, econômico e social se aprofunda. O Estado se transforma no espaço para a promoção do bem-estar dos mais ricos, pois uma fatia considerável da receita fiscal é transferida aos agentes financeiros. A máxima, que nunca se efetivou, de que o Estado tem a responsabilidade de garantir a estabilidade social distribuindo o produto socialmente produzido através políticas públicas e sociais, já faz tempo, é uma quimera. Com a desresponsabilização do Estado em cumprir suas funções essenciais, com o desemprego crescendo num sistema produtivo ou de produção de valor que, de um lado, absorve um contingente de trabalhadores e trabalhadoras altamente qualificadas, com boa remuneração, e, de outro, pessoas para trabalhos de baixa remuneração, precarizado, sem garantias trabalhistas e securitárias. São condições similares às condições laborais do capitalismo do século XIX, com o aumento do trabalho escravo, com excessiva carga horária de trabalho. O capitalismo não pode prescindir do trabalho humano, daquelas pessoas que se submetem a tarefas em ambientes insalubres, de alto risco para a vida, portanto, mais exploração e menos direitos.

No neoliberalismo, com a valorização do capital financeiro, temos a desconstrução de direitos sociais, mesmo frágeis, porém valiosos em uma sociedade tão desigual como a brasileira; o Estado e governos sendo tomados de assalto, onde os recursos fiscais, boa parte comprometido com títulos da dívida pública, servem para aumentar a riqueza dos muitos ricos. Quando vemos um serviço público paralisado ou funcionado mal podemos inferir, sem titubear, de que o dinheiro que deveria ser investido para a qualidade daquele serviço, ou para remunerar melhor o funcionário público responsável por sua execução, está aumentado a riqueza da elite nacional e global.

O que vivemos contemporaneamente exige muita energia e inventividade, em um cenário de desconstrução do Estado onde, como descrito acima, não visa, para a estabilidade social, garantir a promoção de políticas sociais. No lugar delas, se aplica a violência física, a eliminação de pessoas, de ameaças e todo tipo de coerção, dentro de um “urbanismo militarizado”. São as polícias dos governos estaduais, as forças armadas e grupos paramilitares, estes se tornaram um braço auxiliar do Estado, que implementam a política da violência e do extermínio de grupos sociais. O Estado passa a

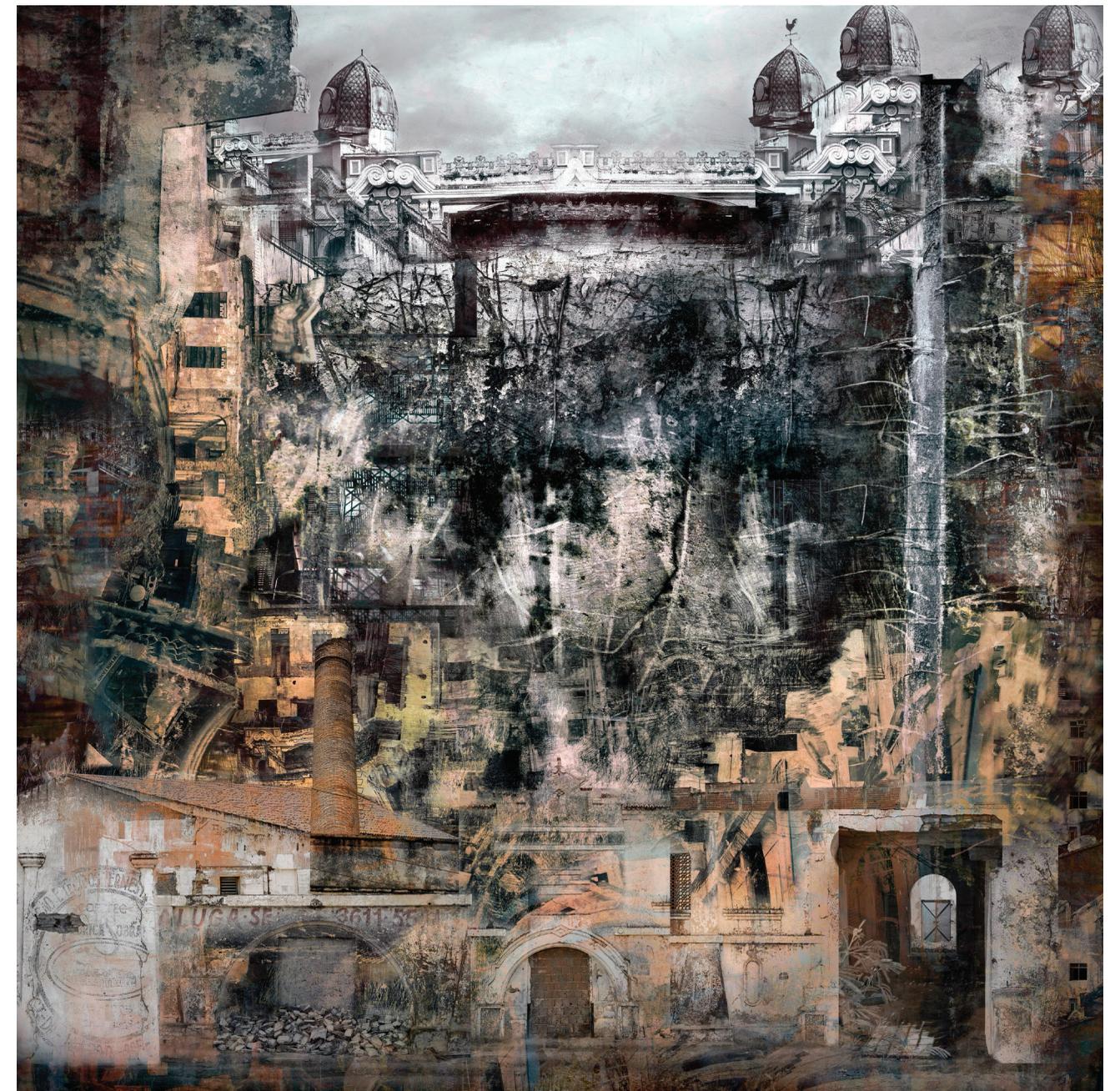
transferir seus recursos para o capital, a criar regulações que alavanquem os lucros dos agentes privados, das corporações e para reprimir as resistências e descontentamentos sociais. Novamente, no Brasil, nosso conflito distributivo virou caso de polícia. As transformações tecnocientíficas impactam o sistema produtivo e as relações de trabalho. Existe uma desregulação do sistema financeiro global que facilita o aumento da riqueza à margem da produção de manufaturas. As corporações encontraram outros meios de obterem lucros, menos dependentes do trabalho humano e da produção como, por exemplo, as licenças de marcas, com a propriedade intelectual etc. Todas essas mudanças materiais e simbólicas são atravessadas pela transfiguração de valores promovidos pela cultura neoliberal solapando a solidariedade, o cuidado com o outro, a defesa da vida e tantos outros valores que são condições necessárias para relações sociais menos dolorosas e dramáticas.

Concluimos esse diagnóstico, nada alvissareiro, coerente à asserção em epígrafe e com a história, para sempre lembrar da nossa inesgotável capacidade transformadora de si e do mundo.

AERCIO BARBOSA
DE OLIVEIRA

PARA SABER MAIS

- A INDÚSTRIA DOS FUNDOS FINANCEIROS
Autor: Roberto Moraes Pessanha
- A METRÓPOLE EM QUESTÃO
Autor: Luiz César de Queiroz Ribeiro
- CARNE E PEDRA
Autor: Richard Sennet / Tradutor: Marcos Aarão Reis
- CIDADES SITIADAS: O NOVO URBANISMO MILITAR
Autor: Stephen Graham / Tradutora: Alyne Azuma
- MITOLOGIAS DOS ORIXÁS
Autor: Reginaldo Prandi
- NAS RUÍNAS DO NEOLIBERALISMO
Autor: Wendy Brown / Tradutor: Eduardo Altheman C. Santos
- RACISMO ESTRUTURAL
Autor: Silvio Almeida



As opressões urbanas e os sujeitos em movimento

"Se acontecer afinal, de entrar em nosso quintal a palavra tirania pegue o tambor e o ganzá, vamos pra rua gritar, a palavra utopia"¹

OPRESSÕES

Há pelo menos 30 anos o liberalismo econômico e suas políticas de austeridade fiscal vem oprimindo as vidas urbanas. Já não há dúvida que as cidades se tornaram uma mercadoria e que a garantia do bem-estar urbano já não orienta as decisões dos gestores públicos. Não à toa, os gritos por dignidade tornaram-se comuns nas grandes mobilizações populares.

As cidades também são lugares onde historicamente as opressões constitutivas da estrutura social brasileira se apresentam de maneira violenta. Nelas, as relações sociais patriarcais determinam a conformação do espaço urbano e os próprios tipos de sociabilidade socialmente aceitos. Concordemos ou não, em pleno século XXI, ainda há quem defenda que a rua é o lugar dos homens e a casa das mulheres, quem naturalize a insegurança de uma via escura ou diminua a responsabilidade estatal quanto ao provimento de equipamentos urbanos. Sendo a cidade produto de relações sociais desiguais entre os gêneros, a negação do direito à moradia decorrente da concentração de propriedade afeta especialmente as mulheres que, ainda hoje, seguem sendo responsabilizadas pela reprodução social. No entanto, o enfrentamento de tais opressões não é uma novidade, a luta pela terra, a autoconstrução da moradia popular, a submissão a relações de trabalho aviltantes e o engajamento nas lutas são parte da trajetória de inúmeras vidas urbanas.

A estrutura escravocrata da sociedade brasileira é outra opressão constitutiva das vidas nas cidades. Brancos, pretos, pardos, indígenas e amarelos se esbarram nos transportes públicos, mas não se enxergam. Em geral eles vivem em lugares diferentes das cidades. Todos reclamam dos problemas urbanos, mas não se consideram parte deles. A indiferença quanto às desigualdades urbanas, o cercamento físico de determinadas áreas, o controle de câmeras por toda parte, a ausência de espaços de uso comum e a militarização dos territórios de favela e periferias são algumas das manifestações do racismo estrutural que organiza a vida urbana. São nos desencontros da cidade que os olhares gritam: "esse é só um faxineiro, só um porteiro, só um jovem entregador de aplicativo", ou "essa é só uma empregada



**CAROLINE
RODRIGUES
DA SILVA**

Assistente Social
e educadora da
FASE RJ, doutora
em Serviço Social
(PPGSS/ PUC-SP)

1. Versos do Samba da Utopia, composição de Jonathan Silva.

doméstica, só uma auxiliar de serviços gerais, só uma desempregada”. Muitas vezes despercebidos, tais olhares enxergam os diferentes como menores, não dignos ou desprezíveis. Para sorte da própria cidade ela também é o lugar onde o racismo estrutural das relações sociais tem sido denunciado!

GRITOS

O Brasil tem suas particularidades quanto ao processo de escravização. Nunca é demais lembrar que fomos o último país do continente americano a abolir a escravidão e o que recebeu o maior fluxo de africanos escravizados entre os anos de 1500 e 1900. Ao todo, desembarcaram no país 4,8 milhões de africanos escravizados! O saldo dessa história é que atualmente os pretos e pardos correspondem a 56% da população brasileira, ou seja, são a maioria da população.

O ano de 2020 foi marcado por uma onda de protestos antirracistas. O evento mais emblemático ocorreu em Mineápolis (EUA), após o assassinato de um homem negro chamado Georgy Floyd pelo policial branco Derek Chauvin que, apesar de ouvir Floyd gritar repetidas vezes “*I Can’t Breathe!*” (“não consigo respirar”), seguiu esmagando seu pescoço com o joelho. Após o evento, que ocorreu em 20 de março, explodiram diversos protestos não só nos EUA, mas no mundo. No Brasil os protestos dos dias 7 e 14 de abril de 2020 foram significativos e ocorreram influenciados por esse contexto mais amplo de lutas antirracistas. Para escancarar o racismo da sociedade brasileira nas vésperas do 20 de novembro – Dia da Consciência Negra, João Alberto Silveira Freitas, outro homem negro, foi agredido por seguranças do Carrefour de Porto Alegre e morreu. As imagens da agressão circularam pela internet mobilizando um boicote ao supermercado. A mobilização que começou online com as hashtags #justicaporbeto, #VidasPretasImportam e #BoicoteaoCarrefour ultrapassou as telas e gerou protestos em diferentes cidades. Entre a mobilização online e a offline, o que se viu foi a surdez por parte do governo brasileiro que declarou na data do evento: “No Brasil não existe racismo. Isso é uma coisa que querem importar aqui para o Brasil. Isso não existe aqui”².

Especificamente no Rio de Janeiro, nos parece importante notar que, apesar dos inúmeros casos de violência policial decorrente do modelo de segurança pública militarizada e dos números absurdos do genocídio da população jovem negra moradora das periferias e favelas, a visibilização e a denúncia do racismo se deu em meio a essa onda de

2. Declaração do vice-presidente Hamilton Mourão. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/11/20/mourao-lamenta-assassinato-de-homem-negro-em-mercado-mas-diz-que-no-brasil-nao-existe-racismo.ghtml>> Acesso em 13/01/21.

protestos de escala mundial. Assim, chama a atenção o fato de que, embora a violência policial e a criminalização dos movimentos façam parte da escala local das lutas no Brasil, foi na troca entre as escalas local e global que foi possível elaborar politicamente a centralidade da luta antirracista para a construção de cidades mais justas.

Infelizmente, mesmo a luta antirracista estando na ordem do dia no Brasil e no mundo, a vida das mulheres e dos homens negros segue marcada pela violência urbana. Regida pela lógica do medo do outro, um outro que tem cor e raça, que mora nas periferias e favelas e que só pode ser tolerado por olhares desprezíveis, as cidades brasileiras seguem convivendo com a mortes urbanas como a de João Pedro Mattos – jovem negro, 14 anos, assassinado durante uma operação policial dentro de sua casa no Complexo do Salgueiro, em São Gonçalo, no dia 18 de maio de 2020 – ou a morte de Miguel Otávio Santana – criança negra, 5 anos, caiu de um prédio em Recife onde sua mãe trabalhava como empregada doméstica no meio da pandemia no dia 2 de junho de 2020 – ou ainda as mortes das primas Emiliy Vitória Silva dos Santos, 4 anos e Rebeca Beatriz Rodrigues dos Santos, 7 anos; ambas assassinadas durante operação policial em dezembro de 2020, na cidade de Duque de Caxias.

SUJEITOS

Pelo menos desde a revolta social na Tunísia que abriu o ciclo da Primavera Árabe, em 2010, passando pelo Occupy Wall Street nos EUA, em 2011, pelo Movimento dos Indignados da Espanha, em 2011, e pelo Ciclo de Protestos de Junho no Brasil, em 2013, percebemos alterações significativas no tecido associativo. Mais recentemente, as intensas mobilizações populares no Chile, Bolívia, Equador e Peru, ocorridas em 2020, seguem nos mostrando que, em que pese as particularidades de cada país, as reivindicações sociais convergem no sentido de denunciar o aumento das desigualdades sociais causadas pelo espraiamento do liberalismo econômico para dentro dos sistemas políticos. Não é à toa que os gritos desses protestos se voltam tanto contra representantes de governos e parlamentos, mas também contra bancos, fundos, lobistas, acionistas, corporações e toda sorte de atores que se beneficiam dessa engrenagem. Logo, por trás das causas mobilizadoras dos protestos, se denuncia que as necessidades sociais da maioria da população não estão sendo sanadas na democracia liberal. Uma vez percebido que a democracia liberal não assegura o mínimo da dignidade humana, vive-se um momento de desconfiança generalizada na política institucional e de questionamento coletivo sobre a legitimidade do próprio sistema.

Assim, os sujeitos coletivos do século XXI não são os mesmos de trinta anos atrás. No caso brasileiro já não lutamos contra a ditadura dos

anos 1960 a 1980, mas lutamos contra um governo eleito que se vale das mesmas referências autoritárias. Tais referências estão presentes na criação de um inimigo responsável pelos problemas do país, no estímulo do ódio ao outro, no uso do militarismo como forma de gestão, na defesa da meritocracia e no ataque aos direitos humanos, na desvalorização da ciência, das artes e da cultura, no ataque aos meios de comunicação e no uso da religião como parâmetro das decisões políticas. Esse cenário, sem dúvida, complexifica as lutas sociais que precisam aprender a lidar com as frustrações de ter apostado na construção de um sistema democrático liberal, que outrora alimentava as esperanças de dias melhores, mas que agora tornou-se vazio do sentido de igualdade e de direitos.

O sujeito coletivo universal também já não existe desde o maio de 1968, quando as feministas denunciaram que, por trás desse universalismo aparente, havia um homem ocidental, branco, cristão e proprietário. Assim, esse “tipo ideal” que nos anos 1980 materializou-se na forma de partidos, sindicatos, igrejas e associações de bairro transformou-se em um sujeito plural cujo horizonte político passa por afirmar a diferença.

Importante compreender que igualdade e diferença não são pares antagônicos, o que se busca com essa afirmação é que a igualdade seja capaz de conviver com a diferença sem hierarquizá-la. Mesmo que essa seja uma difícil tarefa ela reafirma a luta pelo “direito a ter direitos” na medida em que nenhum direito é conquistado sem que exista um sujeito que anuncie seu projeto e atue na esfera pública para alcançá-lo. Logo, há uma articulação entre os sujeitos coletivos e os sujeitos de direitos que não pode ser esquecida; seja por que os sujeitos coletivos se constituem na luta por direitos, seja por que a conquista dos direitos sociais, políticos e civis, que caracteriza a cidadania invertida do Brasil, se forjou e segue forjando sujeitos coletivos no processo de luta pela democracia.

Entendemos que a baixa legitimidade da democracia liberal nos impõe um desafio cada vez maior de dialogar com esse sujeito plural. Reconhecer as características atuais dos muitos tipos de militâncias, ativismos, organizações e movimentos sociais pode ser um bom caminho. Algumas dessas características são:

- A** possuem identidades múltiplas e uma plurimilitância, participam de diversos movimentos ao mesmo tempo, o que denota um tipo de produtividade militante;
- B** essa plurimilitância impõe desafios como a sobrecarga de atividades, a sobreposição de agendas de diferentes movimentos, o que muitas vezes dificulta a efetividade das ações;

- C** a mobilização desses sujeitos políticos, muitas vezes, é efêmera, organizam-se e desmobilizam-se de acordo com seus interesses ou com a conjuntura;
- D** a ação coletiva nem sempre é priorizada na incidência política, a depender da situação, ações individuais se mostram mais eficazes;
- E** para alguns desses sujeitos o nome e a autodefinição é muito importante e garante afirmação da diferença, contudo, para outros, essa nomeação acaba limitando, classificando, hierarquizando, ou expondo a maiores riscos;
- F** há uma aproximação entre militância e universidade, muitas vezes o militante não é só militante mas também pesquisador;
- G** os sujeitos produzem e difundem seus próprios conhecimentos por meio de ferramentas cada vez mais mediadas pelas plataformas digitais.

Portanto, além das tradicionais lutas urbanas por abastecimento de água, tratamento de esgoto, transporte, moradia e regulação fundiária, que compõem a agenda do tecido associativo urbano, é preciso estar atento à nova gramática política, às táticas de ação e agendas de luta bastante heterogêneas que movem os sujeitos coletivos na contemporaneidade. Tais sujeitos parecem defender uma postura não só identitária, mas também de valorização do território contra as políticas neoliberais. Perceber a relação entre o território e as identidades que constituem os sujeitos tem sido fundamental para construção de processos de resistência contra o liberalismo econômico dominante. Para evitar fragmentações e hierarquizações entre os sujeitos é urgente superarmos a armadilha da identidade que essencializa o sujeito e empobrece sua complexidade. A identidade deve ser entendida no plural. Por vezes, a identidade no singular tem substituído a análise fundamentada dos problemas sociais pela denúncia dos culpados e reabilitação das vítimas. Essa forma de interpretar a realidade não dá conta das opressões econômicas, patriarcais e escravocratas as quais estamos submetidos.

PAPEL DAS REDES

Sem dúvida a comunicação se democratizou na sociedade. Cada vez mais as mídias corporativas perdem espaço como principais produtoras de conteúdo e difusoras de informações. Agora, cada um de nós registra e divulga notícias com maior facilidade. No entanto, essa democratização se deu via redes sociais e trouxe novas questões como o uso e a venda de dados para subsidiar estratégias de *marketing* e campanhas políticas, a formação de bolhas de comunicação, a

produção de *fakenews* e divulgação de informações a uma velocidade impossível de ser absorvida.

Nesse contexto, as redes sociais e a internet tornaram-se fundamentais para as lutas sociais. Os seus usos são diversos, servem para: fomentar a mobilização social territorial, conectar com outras lutas, sejam elas locais ou globais; divulgar campanhas de arrecadação, denunciar violações de direitos, disputar narrativas e até ser instrumento de proteção dos sujeitos durante grandes mobilizações populares. A comunicação em tempo real e a possibilidade de interação com a notícia instantaneamente trouxe algo novo para as lutas sociais. Saber que o liberalismo econômico e os sistemas políticos vêm sendo questionados do outro lado do mundo é bom, mas a carga de emoção e a rapidez com que interagimos com tais eventos e postamos nas redes sociais dificulta a reflexão mais aprofundada sobre suas causas. Percebemos ainda que a velocidade das redes sociais, por vezes, atropela os processos políticos coletivos.

Entender essas recentes transformações nas formas de comunicação dos sujeitos é, em si, uma estratégia de resistência que nos ajuda a não nos surpreendermos quando, em plena pandemia da Covid-19, movimentos de favela, antirracistas, torcidas de futebol antifascistas e entregadores/trabalhadores de aplicativo foram os que primeiro movimentaram as ruas em forma de protesto. O uso da internet e das redes sociais não estão separados da ocupação dos espaços públicos.

CAROLINE
RODRIGUES
DA SILVA

.....

PARA SABER MAIS

- SOBRE O AUTORITARISMO BRASILEIRO
Autor: Lília Moritz Schwarcz
- COMUM: ENSAIO SOBRE A REVOLUÇÃO DO SÉCULO XXI
Autor: Pierre Dardot e Christian Laval / Tradutora: Marilena Echalar
- ARMADILHA DA IDENTIDADE: RAÇA, CLASSE E GÊNERO NOS DIAS DE HOJE – Autor: Asad Haider / Tradutor: Leo Vinícius Liberato
- 40 IDEIAS DE PERIFERIA
Autor: Iaraju Pablo D´Andrea
- A LUTA POPULAR URBANA POR SEUS PROTAGONISTAS: DIREITO À CIDADE, DIREITOS NAS CIDADES – Autor: FASE
- REDES DE INDIGNAÇÃO E ESPERANÇA – MOVIMENTOS SOCIAIS NA ERA DA INTERNET – Autor: Manuel Castells / Tradutor: Carlos Alberto Medeiros



A mobilização das mulheres na luta contra o patriarcado e na construção de uma outra civilização

"Eu-mulher em rios vermelhos
inauguro a vida.
Em baixa voz
violento os tímpanos do mundo.
Antevejo.
Antecipo.
Antes-vivo

Antes – agora – o que há de vir.
Eu fêmea-matriz.
Eu força-motriz.
Eu-mulher
abrigo da semente
moto-contínuo
do mundo"

Eu-Mulher – Conceição Evaristo

É inegável que a participação das mulheres nos espaços institucionais de poder tem contribuído para que novos direitos sejam conquistados e para que debates fundamentais, tais como o papel estruturante do patriarcado cisheteronormativo na sociedade brasileira, sejam feitos. No entanto, a ocupação de tais espaços nunca ocorre sem suscitar reações conservadoras. Mulheres que atuam na política partidária, participam de organizações e espaços coletivos de ação política encontram diversos obstáculos para que suas ideias e posicionamentos sejam respeitados, sejam eles de ordem material, simbólica ou psicológica.

Ao longo da história brasileira, o espaço da política institucional sempre foi ocupado por homens brancos. Aquelas que conseguiram atuar em contextos de extrema desigualdades são exemplos de luta que pouco sobressaem na nossa história política, e seguem desconhecidas da grande maioria da população. Falamos de mulheres como Carlota Pereira de Queirós (1892-1982), médica, escritora e pedagoga, que foi a primeira brasileira eleita como deputada federal; Almerinda Farias Gama (1899-1999), mulher negra, sindicalista, dirigente partidária e advogada, que no início do século XX tornou-se a primeira mulher a votar como delegada na eleição dos representantes classistas para a Assembleia Constituinte de 1933; Antonieta de Barros (1901-1952), jornalista e educadora, primeira mulher negra eleita como deputada estadual no Brasil, em 1934, no estado de Santa Catarina.

A movimentação de mulheres na política institucional foi fundamental para alcançar avanços durante a segunda metade do século XX. Nos anos 1970, as mulheres lutaram pela aprovação da lei nº.



**CAROLINE
RODRIGUES
DA SILVA**

Assistente Social e educadora da FASE RJ, doutora em Serviço Social (PPGSS/ PUC-SP)



**RACHEL BARROS
DE OLIVEIRA**

Cientista Social e educadora popular da FASE RJ, doutora em Sociologia (IESP/UERJ)

6.515/77, que instituiu o divórcio no Brasil e foram fundamentais durante a Assembleia Constituinte, através do movimento que ficou conhecido como “Lobby do Batom”, que reuniu deputadas federais, ativistas, movimentos feministas e sociais diversos, numa importante campanha nacional para garantia de direitos no texto constitucional.

A maneira significativa como as mulheres seguiram atuando na conquista de direitos resultou na emergência de nomes como Benedita da Silva (1942-), primeira mulher negra a ocupar uma vaga no senado em 1994 e Jurema Batista (1957-), mulher negra que iniciou a carreira política como presidente da associação de moradores no bairro do Andaraí (RJ), foi vereadora e deputada estadual, além de ter sido uma das 1.000 mulheres do mundo indicadas para concorrer ao Prêmio Nobel da Paz em 2005.

Sabemos que ao longo da história os agentes políticos tradicionais brasileiros, homens, brancos, cisheterossexuais ligados a famílias ricas, tentam minimizar os ganhos políticos conquistados através da trajetória das mulheres. Portanto, quando parcelas da sociedade consideradas não hegemônicas – mulheres, negros, jovens, indígenas, LGBTQIA+ – passam a ocupar espaços políticos e a intervir no padrão patriarcal, machista, sexista e racista que caracteriza o *establishment* político, aumentam-se os conflitos. Não à toa, essas sujeitas têm sido constantemente alvos de violência política.

Em 94, eu era presidente da Comissão dos Direitos Humanos da Alerj [Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro]. Acompanhei dois casos: a questão da morte das crianças da Candelária e a morte na comunidade de Acari. As duas me renderam muitas denúncias, né? As pessoas ligavam pra mim, diziam quem fez, onde fez. Eu tinha dois assessores que me acompanhavam pra fazer reconhecimento do policial. A gente descobriu tudo, prendemos [os responsáveis]. Quando estávamos pertinho de descobrir, era junho... teve uma festa junina no bairro de Abolição. Parei com eles pra almoçar em algum lugar, e depois eles me deixaram no Andaraí, e foram pra essa festa no Abolição. E nunca mais voltaram. O cara esperou os dois entrarem no carro, colocar o cinto, veio, deu um monte de tiro no Reinaldo e deu um monte de tiro no Hermógenes. Na história toda, a gente descobriu que [eles] foram assassinados mesmo, com intenção

de matar. [...] Nessa época, eu cheguei a 96 quilos, porque eu engordei se estiver passando por uma situação muito triste. Comia, comia, comia igual louca. Fiz acompanhamento, tomei remédio tarja preta. Porque não dava pra dormir e [não] pensar naqueles dois caixões velados na Câmara Municipal... mataram porque eu abri uma CPI pesquisando a questão da morte dos meninos da Candelária. E quem mandou matar foram os comerciantes ali do centro da cidade, que achavam que eles atrapalhavam o movimento. Gente atrapalha. Criança preta: os meninos eram todos negros.

(Entrevista de Jurema Batista para o portal A Pública: “Negras no poder - Entrevista realizada na Casa Pública reconta as trajetórias da ex-deputada federal Jurema Batista, da secretária de Cultura do Rio, Nilcemar Nogueira, e da candidata Talíria Petrone”, em 10 ago. 2018)

30/31

Quando mulheres participam de espaços coletivos de ação política elas sofrem tanto com o preconceito da sociedade, como encontram obstáculos materiais e psicológicos para manterem-se engajadas nos processos de luta. Por esse motivo, casos como o de Jurema Batista, ocorrido na década de 1990, têm se tornado ainda mais frequentes com a chegada de mais mulheres cis, trans e negras nos espaços de poder.

A pesquisa *Violência Política e Eleitoral no Brasil*¹, realizada pelas organizações “Terra de Direitos” e “Justiça Global”, apontou que a violência política dirigida às mulheres se manifesta principalmente no seu não reconhecimento como uma agente política. Ao todo, as mulheres foram vítimas de 76% dos casos registrados de ofensas entre 2016 e 2020. A pesquisa mostra ainda um contexto de alta impunidade e baixa responsabilização dos crimes de violência política no país.

Nesse sentido, não podemos esquecer do brutal assassinato da vereadora Marielle Franco, mulher negra, moradora de favela e bissexual, que pautava sua atuação institucional reivindicando as marcas de sua trajetória: “*Uma coisa é você morar, nascer, viver na favela, outra coisa é você reivindicar e usar desse lugar de favelada para estar*

1. Pesquisa referente ao período de 1º de janeiro de 2016 e 1º de setembro de 2020. Disponível em: <http://www.global.org.br/wp-content/uploads/2020/09/Relat%C3%B3rio_Violencia-Politica_FN.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2021.

*fazendo política de outra maneira*². Marielle orientou sua atuação política na tentativa de aproximar esses dois universos, na busca pela superação das desigualdades de raça, gênero, classe e território, ensinamentos de caráter interseccional que já estavam presentes na trajetória das primeiras mulheres que ocuparam os espaços de poder.

Mencionar essa forma de atuação significa apontar para as relações estreitas que existem entre as ações realizadas na política institucional e aquelas que são desenvolvidas na esfera do cotidiano. O diálogo entre esses universos tem sido cada vez mais importante quando é necessário lidar com retrocessos políticos, práticas violentas e violações diversas, especialmente aquelas cometidas pelas instituições estatais e seus agentes. As mulheres que se levantam contra as injustiças sociais do cotidiano, que politizam as questões do seu território, que denunciam a omissão estatal quanto à garantia dos direitos básicos (comer, vestir, morar, transitar, educar, trabalhar, etc.), e ao mesmo tempo constroem estratégias de sobrevivência e resistência social, são as “sujeitas políticas” que, nas últimas décadas, estão desafiando o *status quo* e tencionando o imaginário social sobre o que é a política, quem pode exercê-la e de que modo.

Considerando que a estrutura da sociedade brasileira é hierarquizada por práticas racistas, sexistas e coloniais, essas “sujeitas políticas” enfrentam obstáculos materiais, sociais e psicológicos que se tornaram ainda mais persistentes durante a pandemia de Covid-19. O fechamento das escolas, o aumento do desemprego, a precarização das condições de trabalho, o crescimento do número de casos de violência doméstica e o aumento do preço dos alimentos são alguns desafios que as mulheres têm enfrentado para manterem-se organizadas e mobilizadas.

“O Brasil precisa ser dirigido por uma pessoa que já passou fome. A fome também é professora. Quem passa fome aprende a pensar no próximo, nas crianças”.

Lembrando Maria Carolina de Jesus com a frase de seu livro “Quarto de Despejo” escrito na década de 1960, é possível estabelecer uma forte conexão com as violações que atingiram as mulheres durante a pandemia. Tanto no passado quanto no atual contexto, tais condições são fruto de decisões políticas que não asseguraram o mínimo necessário para a sobrevivência das mulheres e de suas famílias. Dentre as situações mais graves, citamos a fome.

Dados do “Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar”³ apontam que no contexto da pandemia de Covid-19 há 116,8 milhões de brasileiras e brasileiros vivendo em condição de insegurança alimentar, e destes, 19,1 milhões passando fome, condição que atinge 11% domicílios chefiados por mulheres e 10,7% dos habitados por pessoas negras. Corroborando estes dados, o Instituto Data Favela/ Locomotiva (2021) aponta que 71% das famílias de 76 favelas do Brasil estão vivendo com menos metade da renda que tinham antes da pandemia. Em outra pesquisa, intitulada “Coronavírus - Mães da Favela” (2020), realizada em 260 favelas, o mesmo Instituto apontou que 40% das mulheres são autônomas e 87% delas estão cortando gastos na pandemia.

Para enfrentar este cenário, as mulheres, em especial as mulheres negras, moradoras de favelas e periferias, têm atuado na construção de redes, iniciativas de solidariedade e na politização da fome como uma das mais perversas violências institucionais do período recente. Mulheres de movimentos negros, feministas, mães e familiares de vítimas da violência estatal, jovens, lésbicas e trans têm atuado em “coalizões”, “frentes”, “gabinetes de crise”, “teias” voltadas para o fortalecimento de outras mulheres em situação de insegurança alimentar. A partir desta atuação, outras violações têm sido denunciadas, tais como a violência doméstica, violência policial, falta de acesso à educação e à água. Ao se tornarem as principais referências na luta por justiça social, ao ocuparem as ruas dizendo que a fome tem endereço, ao dizerem basta ao genocídio da população negra e ao converterem essas experiências de ação política no cotidiano em plataforma política na ocupação de cargos públicos, as mulheres estão recriando a imagem sobre elas próprias e sobre o exercício da política.

Nesse sentido, vivemos um momento histórico de maior protagonismo feminino nas lutas sociais e também uma feminização dos movimentos sociais, ou seja, mais do que estarem à frente dos espaços de ação coletiva, as pautas políticas dos feminismos estão sendo absorvidas por outros movimentos sociais que estão sendo pressionados a lidar com questões historicamente pautada pelas mulheres, tais como criação de espaços para cuidado das crianças, paridade de gênero nos espaços políticos, equidade de gênero em relação ao direcionamento de recursos financeiros, adoção de medidas de proteção contra violência política sofrida pelas mulheres, principalmente mulheres negras, estabelecimento de comunicação não machista e não violenta nos espaços políticos, etc.

CAROLINE
RODRIGUES
DA SILVA

RACHEL BARROS
DE OLIVEIRA

32/33

2. Fala de Marielle Franco para Mídia Ninja “Vereadores que queremos” em setembro de 2016. <<https://www.youtube.com/watch?v=IKSWfgZLKMA>>. Acesso em 18 out. 2021

3. Pesquisa lançada em abril de 2021, produzida Rede Brasileira de Pesquisas em Soberania e Segurança Alimentar. Disponível em: http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf. Acesso em: 23 set. 2021.

Isso posto, entendemos que é necessário desnaturalizar a visão hegemônica de que homens e mulheres têm igualdade de direitos nos espaços políticos. Explicitar as diferenças como parte do próprio exercício da política, bem como intervir de modo qualificado para a criação de políticas públicas que assegurem direitos para a diversidade de mulheres presente na sociedade brasileira é uma tarefa de todos. Sem o reconhecimento das diferenças que existem entre mulheres e homens e entre as próprias mulheres, dificilmente avançaremos na construção de uma sociedade mais justa.

Assim, diante das transformações do ativismo contemporâneo e do papel central das mulheres neste processo, as organizações da sociedade civil estão desafiadas a ter um olhar apurado para a indissociabilidade entre os conteúdos das ações coletivas e a forma de ação que elas protagonizam. É necessário repensarmos as práticas políticas que estabelecemos entre nós para transformar o mundo.

RACHEL BARROS
DE OLIVEIRA

CAROLINE
RODRIGUES
DA SILVA

PARA SABER MAIS

- **VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL, MULHERES E RESISTÊNCIAS**
Minidocumentário produzido por Articuladas – Mulheres no Enfrentamento a violência institucional (2021)
<https://www.youtube.com/watch?v=gTVPwuBR7bc&t=39s>
- **MULHERES EM TEMPOS DE PANDEMIA**
Vídeo-manifesto produzido pelo Laboratório Mulheres e Pandemia (2021) <https://www.youtube.com/watch?v=IDINPqP69ME>
- **DELAS DIREITOS, POLÍTICA E ARTE**
Publicação produzida pelo Observatório de Favelas (2020)
http://of.org.br/wp-content/uploads/2020/11/Ebook_DELAS.pdf



A raiz mulher negra – interseccionalidade como princípio, memória e caminhos

COMPANHEIRAS

"Somos todas.

Desde o nascimento:

cada afeto,

sacrifício,

gozo

e ofício

participa da criação do feto,

estimula a contração,

acolhe o choro aberto,

mantém a transmissão de vida

pelo cordão,

oferece o peito,

rebenta conosco

o Universo.

Não existe solidão.

Somos todas Multidão.

E morrer é o nosso inverso.

(Fechar-se é tipo de morte
chamada introspecção.)

Viver é toque,

troca,

conexão."

Elaine Freitas.

[Em memória da mulher de muitas lutas, poetisa que nos deu asas]

Vivemos um tempo em que somos desafiados a pensar e agir de forma cada vez mais conectada e articulada com os desafios do agora. Durante os últimos dois anos, vimos as questões sobre desigualdades sociais retornarem ao centro das preocupações a partir dos efeitos nocivos da pandemia da covid-19 – que alguns estudos já chamam de sindemia¹, dada a gravidade de suas proporções. A interpretação das dinâmicas sociais postas em andamento vem exigindo de pesquisadores, ativistas e diferentes profissionais o desenvolvimento de uma capacidade apurada de reflexão crítica.

Nesse contexto, a interseccionalidade, que nas últimas décadas vem se destacando nos estudos acadêmicos, surge como importante



**RACHEL BARROS
DE OLIVEIRA**

Cientista Social e
educadora popular
da FASE RJ, doutora
em Sociologia
(IESP/UERJ)

1. Cunhado nos anos de 1990 por Merrill Singer, o conceito define a interação entre duas ou mais doenças de natureza epidêmica que tem seus efeitos sobre as populações maximizados. Para saber mais, consultar JUNIOR, J. P. B.; SANTOS, D. B. "COVID-19 como sindemia: modelo teórico e fundamentos para a abordagem abrangente em saúde". Disponível em <https://scielosp.org/article/csp/2021.v37n10/e00119021/#>. Acesso em: 24 out.2021.

referencial para a elaboração do pensamento e da ação crítica, dada a sua capacidade de incorporação de distintas dimensões e aspectos sociais pertencentes ao cotidiano ou às dinâmicas macroestruturais. Contudo, falar de interseccionalidade exige necessariamente um debate sobre transformações sociais e luta política, pois os acontecimentos históricos que conformam a sua base conceitual estão diretamente relacionados ao ativismo político de mulheres negras. Essa reflexão é essencial, portanto, para projetar a interseccionalidade para além das análises acadêmicas e mostrar como ela pode nos ajudar a refletir criticamente sobre o atual contexto e fornecer elementos que possibilitem a construção de projetos de futuro.

Este texto dialoga com as reflexões de intelectuais afro-americanas e brasileiras, que em suas análises e práticas vêm contribuindo para a consolidação da interseccionalidade como categoria, metodologia, forma de ação e de investigação extremamente versátil e profícua. Tendo esse panorama como perspectiva, reflito com a interseccionalidade sobre episódios recentes de desigualdades, fome, racismo, violência e ativismo político ocorridos no Brasil.

A interseccionalidade foi nomeada como conceito durante os anos 1990, formulação que é creditada à socióloga Kimberlé Crenshaw. Contudo, as reflexões que resultaram nesta definição foram construídas décadas antes pelas ativistas do feminismo negro norte-americano. Conforme nos recorda Patricia Hill Collins em "Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória", intelectuais como Angela Davis, June Jordan, Audre Lorde, Toni Bambara partiram de seus históricos de ativismo político para pautar uma outra reflexão sobre o lugar das mulheres negras. Elas produziram trabalhos que afirmavam a importância de lutar pela liberdade identificando como as relações de poder entre raça, classe, gênero, sexualidade ocorrem de forma interseccionadas. Através de suas produções, estas mulheres reforçaram a interconexão entre essas dimensões e a importância desse tipo de análise para os projetos de justiça social.

Um marco importante destacado por Collins é a existência do coletivo *Combahee River*, um pequeno grupo de afro-americanas lésbicas da cidade de Boston, nos Estados Unidos da América, que em meados dos anos 1970 publicou o manifesto chamado *A Black Feminist Statement* (1974). Este documento se tornou um marco, pois apresentava um quadro bastante amplo das políticas pregadas pelo feminismo negro e argumentava que perspectivas que considerassem somente a raça ou o gênero levariam a análises parciais e incompletas da injustiça social que caracteriza a vida de negras afro-americanas. Neste documento não há menção ao termo interseccionalidade, mas sim à necessidade de interconexão entre os sistemas de opressão.

Portanto, é esse histórico, construído através da práxis política, que sustenta o trabalho de Crenshaw ao cunhar o termo interseccionalidade. O artigo "Mapeando as margens: interseccionalidade, políticas de identidade e violência contra mulheres não-brancas", escrito por ela em 1991 traz como aspectos fundamentais a experiência das mulheres de cor para a compreensão de questões sociais mais amplas, demonstrando como os múltiplos sistemas de poder afetam a suas vidas. Além disso, o artigo foi extremamente importante por reafirmar o significado das relações intelectuais e políticas, pois foi produzido por uma mulher auto-identificada como feminista negra, que corporificou o conhecimento produzido, além de assumir a perspectiva da justiça racial, isto é, um tipo de reflexão vinculado a projetos de emancipação e transformação social.

MAS AFINAL, O QUE É INTERSECCIONALIDADE?

Uma das definições de interseccionalidade que aparecem de forma sintética nos textos de Crenshaw descreve a interseccionalidade como uma conceituação que busca capturar as consequências estruturais e as dinâmicas de interação de um ou mais eixos de subordinação. A partir desta definição, outras mulheres que já trabalhavam de forma interseccional, mas não haviam nomeado o termo, passaram a refletir sobre ele considerando essas e outras dimensões. No livro "Interseccionalidade" Patricia Collins definiu que a interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais e as experiências de vida cotidiana, e enquanto ferramenta analítica, permite considerar as diferentes categorias – raça, gênero, sexo, orientação sexual, etnia, classe, faixa etária etc. – de forma interconectada e moldando-se mutuamente para produzir uma explicação complexa do mundo e da experiência humana.

Ainda que as duas formulações não rivalizem, a segunda consegue abranger as diferentes possibilidades de uso do termo. Um bom exemplo que ajuda a materializar um pouco o exercício de reflexão que a interseccionalidade propõe é o caleidoscópio, um instrumento óptico formado por espelhos inclinados que a cada movimento produzem novas imagens. O que a abordagem interseccional propõe, do ponto de vista metodológico, é colocar cada vez mais movimento em nossas análises, a fim de visualizar novas relações e complexificar a nossa compreensão.

Para Collins, existem seis ideias centrais que envolvem o conceito de interseccionalidade. A primeira é a *desigualdade social*, objeto fundamental da análise interseccional, que deste ponto de vista é interpretada como a interação entre diferentes categorias de poder.

Em segundo lugar, estão as *relações de poder interseccionais*, que devem ser analisadas a partir de interações específicas (por exemplo, racismo e violência; cisheteropatriarcado e capitalismo), mas também a partir das relações entre domínios de poder estruturais, disciplinares, culturais e interpessoais, o que auxilia na compreensão da dinâmica de fenômenos sociais maiores.

Em terceiro lugar está o *contexto social*, aspecto importante para compreender como a interseccionalidade se relaciona com questões específicas e particularidades históricas. Depois, a *relacionalidade*, dimensão que aponta para as inúmeras possibilidades de conexões entre ideias, discursos e projetos políticos, bem como para a construção de diálogos com diferentes tradições de pensamentos emancipatórios.

Em quinto lugar, a *complexidade*, que diz respeito a maneira como as diferentes dimensões que envolvem a análise interseccional interagem entre si. Por último, a *justiça social*, que aborda a importância de transformar a análise crítica em práxis crítica. Sobre esse último ponto, Collins cita a importância da trajetória do movimento de mulheres negras no Brasil para a consolidação de décadas de luta contra o racismo e o sexismo, ativismo que serviu de subsídio para que a nova geração de mulheres negras construísse estratégias importantes de debates interseccionais, a exemplo do Festival Latinidades, o maior evento de mulheres negras da América Latina, realizado anualmente em Brasília².

A trajetória do movimento de mulheres negras no Brasil demonstra que o tipo de investimento intelectual e político feito pelas mulheres negras norte-americanas para a denúncia e combate aos diferentes tipos de opressão, que se interconectam na trajetória de mulheres negras, faz parte de um movimento mais amplo que inclui mulheres latinas, asiáticas, indígenas etc., que já estavam propondo reflexões interseccionais a partir das suas experiências cotidianas, muito antes do conceito de interseccionalidade surgir.

Em 1975, ano em que a década das mulheres foi declarada pela ONU, as mulheres negras brasileiras se organizaram e escreveram o Manifesto das Mulheres Negras, apresentado durante o Congresso de Mulheres Brasileiras. O manifesto chamou a atenção para o impacto da dominação racial sobre a vida das mulheres negras, a inter-relação

2. Em 2021 o Festival Latinidades foi realizado virtualmente. A FASE, junto com as organizações Oxfam Brasil, Criola, Ibase, Inesc, Ação Educativa e Pólis, organizou a atividade "Jovens Mulheres Negras e Travestis pelo Direito à Cidade", que contou com a participação de jovens negras do Rio de Janeiro, São Paulo, Recife e Distrito Federal. A atividade fez parte das ações do projeto Juventudes nas Cidades. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5162poo_K08> . Acesso em: 20 out. 2021.

com a dominação de gênero e demarcação dessa relação como prática de exploração sexual.

Apontar essa trajetória política é importante por diferentes motivos. Considerando o contexto, é fundamental salientar que essa ação ocorre durante a ditadura militar, período de extrema repressão e violência contra os movimentos sociais. Além disso, a atuação das mulheres negras toca num ponto central, que é a leitura sobre o racismo no Brasil. O ativismo das mulheres negras pôs em xeque o mito da democracia racial, sobre o qual estava alicerçada uma ideia de nação harmoniosa, sem conflitos e diferenças baseadas na raça.

Uma das principais intelectuais e ativistas negras a trabalhar a intersecção de gênero e raça foi Lélia Gonzalez. Em seus escritos, ela aborda o mito da democracia racial como "neurose cultural brasileira" e enfatiza a violência historicamente exercida sobre as mulheres negras, seja na inter-relação raça e classe, ou na inter-relação raça e sexualidade:

Como todo mito, o da democracia racial oculta algo para além daquilo que mostra. Numa primeira aproximação, constatamos que exerce sua violência simbólica de maneira especial sobre a mulher negra. Pois o outro lado do endeusamento carnavalesco ocorre no cotidiano dessa mulher, no momento em que ela se transfigura na empregada doméstica. É por aí que a culpabilidade engendrada pelo seu endeusamento se exerce com fortes cargas de agressividade. É por aí, também, que se constata que os termos mulata e doméstica são atribuições de um mesmo sujeito. A nomeação vai depender da situação em que somos vistas [*Racismo e sexismo na cultura brasileira, 1980*]

Assim como Lélia, Luiza Bairros propunha uma análise interseccional da realidade brasileira, ao afirmar a importância da luta contra as diferenças de gênero, já que a dominação patriarcal é sustentada sobre as mesmas bases que mantêm o racismo como dominação, isto é, a partir de concepções de inferioridade e superioridade. Da mesma forma, Sueli Carneiro destaca a atuação do movimento de mulheres negras em conquistas importantes da democracia brasileira, tais como a atuação durante a abertura democrática, a luta contra a violência doméstica e a favor de direitos sexuais e reprodutivos, ação nomeada de "enegrecendo o feminismo" para dar destaque à trajetória das mulheres negras no interior do movimento feminista brasileiro.

Para as mulheres brasileiras, a possibilidade de compreensão da sua condição pelas lentes da interseccionalidade foi resultado de um intenso processo de atuação política e intelectual que continua sendo base fundamental para lidar com os atuais desafios. Recuperando a imagem do caleidoscópio, é possível perguntar: quais são movimentos necessários para lidar com uma realidade marcada por 12 milhões de pessoas em situação de pobreza (FGV, 2021)³, 14 milhões de pessoas desempregadas (Pnad/IBGE, 2021)⁴ e números crescentes de mortes violentas (G1, 2021)⁵. Para fazer um movimento em busca de resposta, mobilizo algumas das dimensões apresentadas por Collins, como possibilidades de aprofundamento da leitura da realidade brasileira.

DESIGUALDADE SOCIAL: COVID-19 E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A POPULAÇÃO NEGRA

O início da pandemia da Covid-19 no Brasil foi marcado pela ausência de dados oficiais. Uma das principais variáveis omitida nos boletins epidemiológicos divulgados pelo Ministério da Saúde foi a de raça. Considerando que mais de 50% da população brasileira se auto-declara negra, além de produzir uma falsa compreensão dos impactos da pandemia sobre a população, a inexistência desses dados também produziu uma análise marcada pela subnotificação, impossibilitando desta forma, a compreensão das desigualdades raciais durante a pandemia. O que ficou invisível na formulação dos dados epidemiológicos transpareceu na forma de gestão da crise sanitária, com a constante mudança no modo de funcionamento do ministério e a incapacidade de fornecer informações precisas.

Após pressão dos movimentos negros, liderada pelo Instituto Luiz Gama e Defensoria Pública da União, a Justiça Federal do Rio de Janeiro determinou a obrigatoriedade do registro e publicização dos dados da Covid-19 segundo raça/cor, que passaram a ser publicados em abril de 2020. Esse cenário de escassez de informações fez com que surgisse uma intensa atuação de pesquisadores, movimentos

sociais e organizações da sociedade civil na produção de dados que comprovassem a relação entre as determinações sociais da saúde, o racismo e a incidência da doença⁶. Somente o engajamento de diferentes grupos para articular informações dispersas e produzir dados próprios foi capaz de demonstrar como a pandemia contribuiu para a maior letalidade da Covid-19 nas favelas e periferias e sobre a população negra e o aprofundamento das desigualdades raciais.

RELAÇÕES DE PODER INTERSECCIONAIS: A FOME SENTIDA PELAS MULHERES

No dia 29 de setembro de 2021, Rosângela Sibebe, uma mulher de 41 anos, mãe de cinco filhos e que vive em situação de rua foi presa em flagrante após furtar uma garrafa de refrigerante, dois pacotes de macarrão instantâneo e um pacote de suco em pó em um mercado na cidade de São Paulo. A justificativa dada por Rosângela foi a de que seus filhos estavam passando fome. Pelo seu furto, ela foi levada para a prisão, onde ficou detida por 18 dias, até a revogação da prisão por um ministro do Supremo Tribunal Federal. Ao sair da prisão, Rosângela, disse "*Meu grande sonho é ser gente. Eu ainda não sei o que é isso, não sei o que é ser mãe, filha, irmã*". O valor dos itens que Sibebe furtou foram avaliados em R\$ 21,69.

Nove dias depois, no dia 8 de outubro de 2021, Paloma da Silva Santos, de 19 anos, mãe de um bebê de oito meses e moradora do complexo de favelas de Manguinhos (RJ), foi detida após roubar peças de picanha em um supermercado. Ela argumentou que usaria o dinheiro para pagar o aluguel da casa onde mora e comprar alimentos, já que estava desempregada. Para não ser presa, a justiça condenou Paloma a pagar a quantia de R\$ 500,00. Com a ajuda de ativistas do campo jurídico, Paloma conseguiu arrecadar cerca de R\$ 50.000,00 através de uma campanha virtual. Após a mobilização, Paloma disse "*O meu desejo é comprar uma casa com um quarto para meu filho. Sair do aluguel. Poder dar as coisinhas dele, pra ele ter o que eu nunca tive, e esquecer esse passado ruim, que não vai mais se repetir*".

Nesses dois casos, é possível estabelecer diferentes relações a partir da condição de gênero e raça. Rosângela e Paloma são mulheres negras, que se encontram em situação de extrema vulnerabilidade social. A variável território aqui é importante, pois mostra como a condição de miséria e fome está espacialmente localizada na cidade

3. Desigualdade de Impactos Trabalhistas na Pandemia. Disponível em: <<https://cps.fgv.br/DesigualdadePandemia>>. Acesso em: 24 out. 2021.
4. Desemprego recua para 13,7% e atinge 14,1 milhões de pessoas no tri até julho. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/31732-desemprego-recua-para-13-7-e-atinge-14-1-milhoes-de-pessoas-no-tri-ate-julho>>. Acesso em: 24 out. 2021.
5. "Brasil tem aumento de 5% nos assassinatos em 2020, ano marcado pela pandemia do novo coronavírus; alta é puxada pela região Nordeste". Disponível em: <<https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2021/02/12/brasil-tem-aumento-de-5percent-nos-assassinatos-em-2020-ano-marcado-pela-pandemia-do-novo-coronavirus-alta-e-puxada-pela-regiao-nordeste.ghtml>> Acesso em: 24 out. 2021.

6. Desigualdades raciais e a morte como horizonte: considerações sobre a COVID-19 e o racismo estrutural. Cadernos de Saúde Pública, v.36, p.1 - 14, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csp/a/QvQqmGfwsLTFzVqBfRbkNRs/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 24 out. 2021.

Além disso, falamos de duas mulheres que possuem em comum a responsabilidade pelo cuidado dos filhos. Os dados produzidos pela Rede PENSSAN⁷, em 2021, mostram que no Brasil mais de 60% dos lares chefiados por mulheres permanecem em condição de insegurança alimentar.

Os casos de Rosângela e Paloma falam de processos estruturais, pois apontam para a adoção de uma política econômica que conforma dinâmicas perversas, impactando a condição de subsistência de enorme parcela da população. Contudo, em ambas as situações, as intersecções das relações de poder que atravessam a trajetória destas mulheres demonstram dinâmicas coercitivas, reproduzindo um processo histórico de desumanização e criminalização da população negra. Portanto, para compreender as marcas das opressões nas trajetórias das mulheres negras em situação de pobreza, importa salientar o quanto gênero, raça, sexualidade, território e geração estão conectados, assim como políticas econômicas e sociais, processos de reprodução da pobreza e sistema de justiça criminal.

RELACIONALIDADE: A VIOLÊNCIA PAUTADA PELOS PRÓPRIOS SUJEITOS

Os índices de letalidade violenta no Brasil são alarmantes. O perfil dos mortos por homicídios violentos é composto por homens jovens e negros, que são mais de 70% das mortes cometidas no país e possuem quase 3 vezes mais possibilidades de morrer se comparados a um jovem branco. A maioria das ações violentas ocorrem nos territórios periféricos das cidades, mas apesar destas constatações, os números de mortes violentas não para de crescer, atingindo corpos negros cada vez mais jovens.

Gestores públicos têm sido incapazes em reconhecer as consequências perversas desse fenômeno, o que tem levado movimentos e coletivos de favelas e periferias a produzir seus próprios dados para disputar as narrativas que criminalizam seus territórios e experiências de vida. A iniciativa "*Se liga no Território!*" desenvolvida durante dois anos pela equipe da FASE RJ em parceria com os movimentos Fórum Social de Manguinhos e Mães de Manguinhos, apostou na participação proativa de jovens e mulheres na produção de metodologias participativas de pesquisa e na prática de educação popular como elementos complementares, capazes de produzir dados e informações primárias sobre condutas e rotinas violadoras de direitos adotadas cotidianamente nas favelas do Rio de Janeiro.

A iniciativa, que teve início durante a pandemia da Covid-19, contou com a participação de jovens de quatro favelas do Rio de Janeiro em

diálogo com os dois movimentos sociais, majoritariamente formados por mulheres. Esta experiência de trabalho pautada pelo princípio da relacionalidade demonstrou o potencial estratégico da articulação das variáveis de gênero e geração nos processos educativos. Além disso, possibilitou a construção de uma metodologia de produção de conhecimento horizontalizada, passível de ser adaptada e replicada com diferentes grupos sociais.

A relação estabelecida entre os participantes da ação possibilitou a construção de novos formatos de aprendizado em territórios periféricos que considere a intersecção entre as dimensões de gênero, raça, classe e geração como elementos centrais para a compreensão dos impactos da violência institucional e da pandemia nas favelas e periferias.

JUSTIÇA SOCIAL: A MOBILIZAÇÃO DAS MULHERES NEGRAS PELO DIREITO À VIDA

A pandemia no Rio de Janeiro foi marcada por inúmeros casos de homicídios cometidos por policiais e demais agentes da segurança pública. Em maio de 2020, diversas favelas passaram por situações de violência, como caso do jovem João Pedro Mattos Pinho, de 14 anos, morto durante ação da Polícia Civil no complexo do Salgueiro, em São Gonçalo, após ter sua casa alvejada por 70 tiros. Essas e outras situações de barbárie fizeram com que um grupo de organizações solicitasse ao Ministro Edson Fachin, relator da ADPF 635⁸, a suspensão das operações policiais durante a pandemia. Após sua aprovação, a decisão conseguiu reduzir o número de mortes causadas por operações policiais em mais de 70% em apenas um mês⁹, o menor índice desde o ano de 2007.

A relação estabelecida entre pesquisadores de universidades, advogados, defensores públicos e movimentos sociais foi fundamental para a promulgação desta decisão. A atuação para realização da incidência no sistema judiciário teve como base primordial o histórico ativismo de mulheres negras integrantes dos movimentos de mães e familiares de vítimas da violência policial. A trajetória de ativismo destas mulheres foi capaz de enfrentar a objetificação dos seus corpos, lidos,

8. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº. 635, apelidada de "ADPF das Favelas" foi construída coletivamente com a Defensoria Pública do Rio de Janeiro e organizações sociais que se tornaram amigos da corte, isto é, quem fornece informações para ajudar a corte a tomar decisões. Entre elas estão Educafro, Justiça Global, Redes da Maré, Conectas Direitos Humanos, Movimento Negro Unificado, Iser, IDMUR, Coletivo Papo Reto, Coletivo Fala Akari, Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência e Mães de Manguinhos.

9. Efeitos da Medida Cautelar na ADPF 635 sobre as operações policiais na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Disponível em: < <http://geni.uff.br/2021/03/26/efeitos-da-medida-cautelar-na-adpf-635-sobre-as-operacoes-policiais-na-regiao-metropolitana-do-rio-de-janeiro/>>. Acesso 24 out. 2021.

7. <https://pesquisassan.net.br/>

como afirmou o então governador Sérgio Cabral, “fábricas de produzir marginais”, para combater a violência racial que as atinge através da morte de seus familiares.

Em abril de 2021, uma audiência realizada no Supremo Tribunal Federal demonstrou a importância da atuação política dessas mulheres. Articulando suas falas com as de outros movimentos sociais, elas foram capazes de evidenciar como a violência, enquanto um dos componentes fundamentais na manutenção dos domínios de poder, gera impactos no sistema de saúde, na produção de transtornos mentais, nos processos educativos, na reprodução de práticas racistas, na precarização de políticas públicas e no crescimento da morte de jovens negro residentes nas favelas e periferias, além de maximizar os efeitos da pandemia. A apresentação dessas diferentes relações foi fundamental para que as mulheres negras que atuam nos movimentos contra a violência policial criassem no país um novo parâmetro de atuação política contra as violências perpetradas pelo estado brasileiro.

RACHEL BARROS
DE OLIVEIRA

PARA ABRIR CAMINHOS: DOS EXEMPLOS À PRÁTICA

O debate apresentado neste texto é incapaz de traduzir todos os movimentos de transformação realizados pelas mulheres negras em busca de justiça social e liberdade. Contudo, ele tem o firme propósito de ser um impulsionador do uso da interseccionalidade em sua potência para compreender e intervir sobre a realidade brasileira. Os exemplos aqui expostos, apresentados de forma sintética, tiveram a intenção de demonstrar a potência do conceito e da práxis interseccional na análise de diferentes situações. Como um conhecimento que nasce da crítica e da prática das mulheres negras, a interseccionalidade nos convoca a aproveitar cada vez mais as possibilidades de seus usos para borrar fronteiras, destruir injustiças e construir futuros verdadeiramente possíveis.

.....

PARA SABER MAIS

- NOSSOS FEMINISMOS REVISITADOS
Autora: Luiza Bairros
- INTERSECCIONALIDADE
Autora: Patricia Hill Collins / Tradutora: Raze Souza
- MULHERES EM MOVIMENTO
Autora: Sueli Carneiro
- MULHERES NEGRAS: HISTÓRIAS DE LUTA NA CIDADE
Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=QI5hmTbE2fk>>



Juventudes nas cidades: cotidiano, lutas e resistências

"Quem costuma vir de onde eu sou às vezes não tem motivos pra seguir. Mas eu sei que vai, que o sonho te traz coisas que te faz prosseguir. Então, levanta e anda, vai!"

Levanta e Anda - Emicida part. Rael da Rima

DESAFIOS POSTOS: JUVENTUDES URBANAS HOJE

A vivência da juventude traz, por si só, um conjunto de desafios. Localizado entre a adolescência e a "vida adulta", o período que compreende dos 15 aos 29 anos¹ é marcado por mudanças e experiências que deixam suas marcas para o resto da vida: é o momento das principais transformações corporais, de definição da identidade, de iniciação da vivência da sexualidade, da ampliação da noção de redes sociais e território, da busca por autonomia financeira e consolidação de planos de futuro, etc. Também é o período em que muitos vão se confrontar com diversas expressões da questão social e, por isso, no Brasil, nem todos tem a possibilidade de experienciar esse "tempo de transição", passando imediatamente (e com suas consequências) para a vida adulta. Considerando as desigualdades de classe e o racismo, que estruturam a sociedade brasileira, então, podemos falar de diversas vivências das juventudes. Assim, para as juventudes negra, favelada e periférica os desafios típicos do período são multiplicados por algumas vezes. A luta, em muitos casos, é pela sobrevivência.

Em 2019, 23% da população brasileira (47,2 milhões) era formada por jovens². Na Região Metropolitana do Rio de Janeiro eram mais de 2,5 milhões de jovens que, em sua maioria, vivenciam, e não é de hoje, um cotidiano marcado pela precarização e/ou a falta dos serviços públicos e políticas públicas específicas, a precarização do trabalho e/ou desemprego, a falta de oportunidades e o desencanto com a educação (metodologicamente e as possibilidades de desenvolvimento dela advindas), violências (múltiplas e multifacetadas), racismo, insegurança alimentar e outras condições que transformam a vida dos componentes desse grupo em um verdadeiro martírio, re-duzem expectativas e inviabilizam futuros.

O componente educacional tradicionalmente é considerado fundamental para o desenvolvimento integral do sujeito e da sociedade,



**BRUNO ALVES
DE FRANÇA**

Assistente Social e educador da FASE RJ, mestre em Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ) e doutorando em Serviço Social (PPGSS/UFRJ)

1. De acordo com o Estatuto da Juventude, instituído pela Lei nº. 12.852, de 5 de agosto de 2013.
2. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019 – Características gerais dos domicílios e dos moradores 2019. Disponível: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101707_informativo.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2021.

e um caminho para a ascensão econômica. Não é novidade que, no Brasil, as políticas educacionais não conseguiram dar conta de sua promessa. Apesar dos avanços estabelecidos e alcançados a partir da Constituição Federal de 1988, que definiu a educação como um “direito de todos e um dever do Estado e da família”, a educação pública tem sido alvo de um constante processo de sucateamento que precariza da estrutura física aos vínculos e condições básicas do magistério. Em 2019 foram mais de 1,8 mil episódios de tiroteios em áreas escolares na região metropolitana do Rio de Janeiro³. Esse quadro, que contribui fortemente para o desinteresse de jovens em seguir com os estudos, aumenta o grave processo de evasão escolar, especialmente no ensino médio, com consequências significativas no acesso ao ensino superior⁴ e na manutenção das desigualdades socioeconômicas. Em 2019, 51,2% (69,5 milhões) da população com 25 anos ou mais não concluíram o ensino médio; dos que concluem, 82% não acessam o ensino superior⁵. A necessidade de trabalhar para se sustentar e complementar a renda familiar também afasta os jovens das escolas e os empurram para a informalidade, a viração diária e os poucos empregos precarizados e mal remunerados. Se somamos as condições educacionais com a crise econômica e a falta de políticas públicas de estímulo ao primeiro emprego e de emprego para jovens, o caldo resultante é assustador: ano após ano, os dados sobre desemprego e informalidade batem novos recordes, afetando diretamente as juventudes. No primeiro trimestre de 2020, a taxa de desemprego entre jovens de 18 a 24 anos de idade já alcançava 27,1%, bem acima da média geral de 12,2% do país no período⁶.

Da mesma forma, as desigualdades raciais, etárias, de gênero e territoriais são uma marca da violência letal que atinge a população brasileira, especialmente nos centros e periferias urbanas. As principais vítimas são jovens do sexo masculino, negros e moradores de favelas e periferias, resultado de séculos de privação do acesso aos bens e serviços produzidos socialmente e de políticas de segurança pública violadoras de Direitos Humanos. Não por acaso, no Brasil, a violência

3. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/10/11/regiao-metropolitana-do-rj-teve-1880-tiroteios-em-areas-escolares-em-2019.ghtml>>.

Acesso em: 26 ago. 2021.

4. A fala de Milton Ribeiro, o 3º ministro da Educação no governo de Jair Bolsonaro (sem partido), de que a “universidade deveria, na verdade, ser para poucos”, com prova que o desinvestimento na educação tem seu sentido e utilidade. Disponível em: <<https://guiadoestudante.abril.com.br/noticia/ministro-da-educacao-diz-que-universidade-deve-ser-para-poucos/>>. Acesso em: 26 ago. 2021.

5. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019 – Educação. Disponível: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736_informativo.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2021.

6. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2421/pnact_2020_1tri.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2021.

é a principal causa de morte entre os jovens: dos 45.503 homicídios ocorridos no país em 2019, 51,3% (23.327) vitimaram jovens entre 15 e 29 anos, uma média de 64 vidas ceifadas prematuramente por dia⁷. Aqueles que as políticas de morte não alcançam, podem padecer, ainda, das políticas de encarceramento em massa vigentes sob a justificativa do combate ao crime organizado e ao comércio de drogas.

Não bastasse todo esse contexto, que põe em xeque a vida de um contingente enorme das nossas juventudes, a pandemia provocada pela Covid-19 aprofundou e trouxe nuances ainda mais perversas para as já conhecidas desigualdades que nos assolam.

NOVOS DESAFIOS: A PANDEMIA DE COVID-19 E OS IMPACTOS NA VIDA E FUTURO DAS JUVENTUDES

A declaração da pandemia de Covid-19 pela Organização Mundial da Saúde (OMS), em março de 2020, alterou significativamente a vida cotidiana de todo o globo. A maior parte das nações definiram e incentivaram ações de distanciamento social e “*lockdown*” como forma de contenção do vírus. Não foi o nosso caso: sob os ditames de um governo de base negacionista, populista e produtor de “*fakenews*” e desinformação, o Brasil vivencia um verdadeiro genocídio, com a marca de mais de 580 mil vidas perdidas, até agosto de 2021, resultado da incompetência federal no controle do novo coronavírus. A sobreposição das desigualdades, mais uma vez, ficou bem evidente. A crise sanitária, econômica e social (potencializada pela crise política e o projeto de desmonte da democracia) tem seus impactos mais graves nas favelas e periferias que, junto com a luta contra o vírus, enfrentam violações de diversas ordens pela falta de investimentos em políticas públicas fundamentais à manutenção da vida, como saúde pública, habitação, saneamento básico, entre outras. Com isso, as populações mais vulnerabilizadas desses territórios são também as mais impactadas por terem menor possibilidade de realizar adequadamente as medidas preventivas de isolamento e acesso adequado à saúde. Atualmente, apesar dos avanços na vacinação, as consequências, algumas já visíveis, são imensuráveis e afetam diferentes aspectos da vida dessa população, particularmente dos jovens moradores desses espaços.

Na educação, as desigualdades na manutenção da rotina de estudo de alunas e alunos das escolas públicas, com a suspensão das aulas presenciais por mais de 1 ano, a falta de estrutura e metodologia adequadas para o ensino remoto/a distância, somado ao acesso

7. Atlas da Violência 2021. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/1375-atlasdaviolencia2021completo.pdf>>. Acesso em: 26 ago. 2021.

limitado à internet e a equipamentos tecnológicos, corroboram ainda mais para o desinteresse de jovens em seguir com os estudos, aumentando o abandono escolar. A consequência já gera muita preocupação: durante a pandemia, 43% dos jovens entre 15 e 29 anos já pensaram em parar de estudar⁸ e o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 2021, principal porta de entrada para o ensino superior no país, será o mais branco e elitista dos últimos 10 anos, com a menor proporção de inscritos pretos, pardos e indígenas e a menor participação de candidatos com isenção de taxa, ou seja, aqueles com renda familiar de até 1,5 salário mínimo⁹.

No contexto pandêmico, o desemprego no Brasil bateu novo recorde, alcançando 14,7% (14,8 milhões) da população no primeiro trimestre de 2021. No estado do Rio de Janeiro, a taxa chegou a 19,4% (1,6 milhão), com 316 mil desempregados a mais que o mesmo período de 2020. Cerca de 1/3 do total de desempregados são jovens entre 18 e 24 anos. No mundo, um em cada seis jovens perdeu seu emprego após o início da pandemia e aqueles que conseguiram manter seus vínculos tiveram alguma redução de renda e, conseqüentemente, de consumo nesse período¹⁰. A informalidade é o que resta como meio para conseguir algum ganho: no estado do Rio de Janeiro, no primeiro trimestre de 2021, 37,2% da população ocupada, cerca de 2,4 milhões de pessoas, eram trabalhadores informais¹¹. O desemprego, o encarecimento da vida (alimentos, gás, energia elétrica, etc.), a falta de políticas de assistência social e de manutenção da renda e empregos por parte do Estado, geram um aprofundamento da pobreza, situações de necessidade absoluta e o retorno da fome ao cenário brasileiro. Também são responsáveis por empurrar milhares de pessoas, em especial jovens homens e mulheres, para trabalhar como entregadores e motoristas de aplicativos e trazem à tona o debate necessário sobre a precarização das condições de trabalho, baixíssimos ganhos, ausência de direitos trabalhistas e sociais. Apesar desse contexto, o governo federal, sob as orientações ultraneoliberais de Jair Bolsonaro (sem partido) e seu ministro da Economia, Paulo Guedes,

seguem buscando a aprovação de novas reformas trabalhistas, como a que inviabilizaria o Programa Jovem Aprendiz, fragilizando e criando uma casta de jovens trabalhadores ainda mais precarizados¹².

As ações policiais, cada vez mais violentas e letais, não só se mantiveram como aumentaram no período da pandemia. Em abril de 2020, a polícia do estado do Rio de Janeiro matou 43% a mais do que em abril de 2019. Foram diversos os casos de violência policial que resultaram em verdadeiras chacinas (como a do Complexo do Alemão e seus 13 mortos), com a constante presença de crianças e jovens entre as vítimas (como no caso do menino João Pedro Mattos, morto durante a operação policial no Complexo do Salgueiro), incluindo dois episódios de assassinatos de jovens que realizavam ações de solidariedade e distribuição de cestas básicas nos seus territórios (na Cidade de Deus e no Morro da Providência).

Reconhecendo e buscando soluções para as graves violações ocasionadas pela política de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro e atendendo a pedidos da sociedade civil e movimentos sociais, o Supremo Tribunal Federal (STF), por meio da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº. 635, a "ADPF das Favelas", concedeu liminar proibindo operações policiais em comunidades do Rio de Janeiro enquanto perdurar a pandemia de Covid-19, sob pena de responsabilização civil e criminal, salvo em hipóteses absolutamente excepcionais e devidamente justificadas. Após um período de queda nas taxas de letalidade policial, alcançada em grande parte pelas restrições impostas pela ADPF 635¹³, o número de mortes causadas pelas forças de segurança pública do estado voltou a subir: no primeiro trimestre de 2021, foram 151 mortos por policiais, número maior do que no mesmo período de 2020, que foi de 145¹⁴. Essa tendência de alta no número de mortos pelas polícias já era visível desde outubro de 2020, quando a decisão do STF passou a ser esvaziada e os critérios de excepcionalidade para as operações policiais foram flexibilizados pelo governo do estado. Em maio de 2021, o Rio de Janeiro viveu a mais letal operação policial de sua história, que resultou no massacre de 28 pessoas na favela

8. Atlas da Violência 2021. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/1375-atlasdaviolencia2021completo.pdf>>. Acesso em: 26 ago. 2021.
9. Juventudes e a Pandemia do Coronavírus – 2ª edição (2021). Disponível em: <https://mk0atlasdasjuve5w21n.kinstacdn.com/wp-content/uploads/2021/08/JuventudesEPandemia2_Relatorio_Nacional_20210702.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2021.
10. Decisão recente do Supremo Tribunal Federal (STF), que determina a reabertura do período de solicitação de isenção da taxa de inscrição, pode alterar em alguma medida esse quadro. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2021/09/enem-2021-e-o-mais-branco-e-elitista-da-decada.shtml>>. Acesso em: 26 ago. 2021.
11. Disponível em: https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_759995/lang--pt/idx.htm>. Acesso em: 26 ago. 2021.

12. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Primeiro Trimestre de 2021. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2421/pnact_2021_1tri.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2021.
13. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/08/11/jovem-aprendiz-projeto-prejudica-programa-e-cria-condicoes-precarias-de-trabalho-alertam-entidades.ghtml>>. Acesso em: 26 ago. 2021.
14. De acordo com o Monitor da Violência, o Rio de Janeiro teve a maior queda no número absoluto de mortes: de 1.814 vítimas, em 2019, para 1.245, em 2020. Os dados mostram que a queda no registro de vítimas coincide exatamente com a decisão do STF, no dia 5 de junho de 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/>>. Acesso em: 26 ago. 2021.

do Jacarezinho¹⁵. Em junho, outra ação policial no complexo de favelas do Lins de Vasconcelos vitimou a jovem Ketlhen Romeu, negra, de 24 anos e grávida de 14 semanas.

Não obstante o genocídio em curso, seja pela pandemia ou pela política de segurança pública, o período de julho a dezembro de 2020, também revelou um crescimento da população carcerária, composta por mais de 660 mil pessoas, das quais 42,6% (284.819) eram jovens entre 18 e 29 anos, majoritariamente homens e negros¹⁶.

Esse cenário, digno de uma distopia pós-apocalíptica, afeta diferentes aspectos da vida das juventudes e aumenta as incertezas sobre o futuro, principalmente daqueles que estão em situação de maior vulnerabilidade, com impactos significativos na saúde mental. Contudo, não impediu o protagonismo das juventudes na promoção de ações de solidariedade que buscam minimizar as adversidades potencializadas pela Covid-19 nos seus territórios.

NO CONTRAFLUXO: POTÊNCIAS, LUTAS E RESISTÊNCIAS DAS JUVENTUDES

Na contramão das políticas genocidas, de militarização da vida e de precarização em andamento, as mesmas juventudes que são as suas principais vítimas seguem lutando, construindo articulações e resistindo. Em seus territórios, inúmeros jovens estão engajados em ações de solidariedade, de ajuda humanitária e de combate à Covid-19, frente à inação do poder público no controle da disseminação do novo vírus e no enfrentamento da piora das condições de vida nas favelas e periferias do país. Essas ações trazem elementos de inovação, como as linguagens, as ferramentas e a articulação de diferentes temáticas que conjugam os marcadores sociais como classe, raça e gênero.

São diversas as iniciativas de distribuição de cestas básicas e de materiais de higiene e de proteção individual contra a Covid-19, de difusão de informações qualificadas, acessíveis e vinculadas às realidades dos territórios, que amenizam a fome e promovem a vacinação e medidas para evitar o contágio, sob o slogan “comida no prato e vacina no braço”. As ações de incidência para conter violações e violências, em defesa dos Direitos Humanos e dos territórios, ganham novo fôlego e se articulam em redes, coletivos, fóruns e organizações.

As denúncias das violências cometidas por agentes policiais realizadas por uma articulação de organizações e movimentos, com participação decisiva de jovens e coletivos de jovens, contribuíram sobremaneira para a aprovação da ADPF 635. Vale ressaltar que, neste cenário, os movimentos de resistência e os atos contra as violências e violações continuam sendo criminalizados e deslegitimados, quando não perseguidos e silenciados.

Apesar disso, as juventudes seguem resistindo e se mobilizando contra o genocídio em curso e em defesa de políticas públicas, em especial pelo fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS), e da democracia. São crescentes os atos presenciais e por meio das redes sociais que questionam as tendências autoritárias e fascistas do governo federal, mas também da orientação privatista e de militarização do governo estadual do Rio de Janeiro, cobrando por “nem fome, nem tiro, nem Covid”. Essas ações dão visibilidade ao papel desempenhado pelas juventudes e animam o campo progressista para o necessário processo de disputa por um futuro melhor para todas e todos.

PARA SABER MAIS

- SÓ MAIS UM PASSO DA MINHA TRAJETÓRIA: JUVENTUDE FALA DA FAVELA NA PANDEMIA (MINIDOCUMENTÁRIO, 13m35s)
<<https://youtu.be/l4NQG0zTtjo>>.
- A CONTA FICA PARA A JUVENTUDE (MINIDOCUMENTÁRIO, 15m58s)
<<https://vimeo.com/522095423>>.
- REVISTA PROPOSTA (EDIÇÃO 115, DE MARÇO DE 2018)
<<https://fase.org.br/wp-content/uploads/2008/03/proposta-115-final.pdf>>.

15. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/05/07/rj-teve-ao-menos-944-mortos-em-acao-policial-desde-que-stf-restringiu-operacoes-em-favelas.ghtml>>. Acesso em: 26 ago. 2021.

16. A operação “Exceptis”, uma alusão explícita aos critérios de excepcionalidade definidos pela ADPF 635, foi realizada pela da Polícia Civil.



Metrópole fluminense: desigualdades agravadas com a pandemia do coronavírus

*"Não aceito mais as coisas que não posso mudar, estou mudando as coisas que não posso aceitar."*¹

A crise sanitária provocada pela epidemia do novo coronavírus, mais a eleição de Bolsonaro e do governador do estado Wilson Witzel, que, por indícios de corrupção, foi afastado do cargo, no meio do seu mandato, agravaram a desigualdade e a pobreza no Rio de Janeiro. As marcas da formação social brasileira, construída sob a égide de tradições escravocratas, latifundiárias, patrimonialistas e autoritárias, assumem contornos dramáticos no contexto da pandemia do coronavírus. Se o vírus possui uma capacidade de atingir genericamente todas as pessoas, dado sua altíssima capacidade de transmissão, as suas consequências mais nefastas atingem as pessoas como as que vivem nas periferias e favelas do Rio de Janeiro. As favelas, subúrbios e periferias da região metropolitana fluminense, na contramão de uma linguagem social violenta que ainda subsiste entre nós – sobretudo nas instituições estatais –, permanecem como testemunhas vivas da luta pelo direito de existir e de habitar no espaço urbano.

As favelas no Rio de Janeiro, que surgiram no final do século XIX, e os loteamentos nas cidades da Baixada Fluminense, a partir dos anos de 1950, são espaços de moradia ocupados por segmentos empobrecidos da população. A primeira favela, o Morro da Favella, atual Morro da Providência, no Rio de Janeiro, foi ocupada, no final do século XIX, inicialmente por soldados que lutaram na Guerra de Canudos e moradores do cortiço Cabeça de Porco, situado nas proximidades e que foi demolido. A demolição desse cortiço, em 1893, era parte da política de erradicação dos cortiços liderada pelo Prefeito Barata Ribeiro (1892-1893) e arrasou vários casarões e estalagens. O combate aos cortiços continuou pelo restante da década nas principais cidades brasileiras, agravando a crise habitacional e levando ao surgimento de novas formas de habitações precárias, como foi o caso das favelas. Seu adensamento, contudo, ocorreu com a Reforma Pereira Passos, ocorrida no início do século XX, quando a maioria dos cortiços existentes no centro da cidade foi demolido, sem que fosse oferecida uma alternativa de moradia para seus ocupantes. Em 1903, coube ao Prefeito Pereira Passos, inspirado no modelo de Haussmann, urbanista e prefeito de Paris entre 1853 e 1870, implementar a primeira grande intervenção estatal no meio urbano na cidade do Rio de Janeiro.

FASE RJ

Produção coletiva
Equipe da FASE RJ:
Aercio Barbosa de Oliveira,
Caroline Rodrigues da Silva, Bruno Alves de França, Mônica Ponte e Rachel Barros de Oliveira.

1. Angela Davis, ativista contra o racismo e o machismo, filósofa.

Conhecida pela política do “Bota Abaixo!”, devido às grandes demolições na região central, essa reforma tinha por objetivo higienizar a cidade, o que significava a demolição de grande parte das habitações precárias na área. Com isso, a população pobre foi obrigada a deslocar-se para os subúrbios ou a ocupar os morros da cidade, principalmente os do centro, pela proximidade ao local de trabalho. Então, na tentativa de “limpar” as áreas mais valorizadas da cidade, a Reforma Pereira Passos, sem uma política habitacional popular, contribuiu para o crescimento das favelas.

A partir de então, a favela se tornou uma possibilidade de moradia para aquelas camadas que não conseguiam arcar com os custos necessários para habitar a cidade “formal”. A força dessa estrutura desigual, cujas políticas públicas de provisão de moradia foram inconsistentes e seletivas, beneficiando sempre as classes sociais abastadas, se reflete em números: o Censo Demográfico de 2010, produzido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), registrou que 19,1% da população da cidade do Rio de Janeiro vivia em favelas. Portanto, o afastamento dos segmentos mais pobres da cidade formal está relacionado à busca de um novo modo de vida, que se fez acompanhar da estigmatização dos moradores de favelas e periferias.

A Baixada Fluminense é outra parte da metrópole que se caracteriza pela precária infraestrutura de serviços e bens públicos. Uma importante região que até a metade do século XX, contribuía para a economia agrário-exportadora do país com a produção de laranja. No entanto, após a 2ª Grande Guerra, com o avanço da industrialização e o declínio da produção de laranja, extensas glebas foram transformadas em loteamentos populares para a moradia. Assim, famílias, que migravam do Nordeste e do interior de região Sudeste, chegavam ao Rio de Janeiro à procura de prosperidade e iam para a Baixada Fluminense. Esses novos loteamentos, aprovados pelo poder público, estavam em áreas de várzeas, sujeitas a enchentes, sem infraestrutura, inadequadas à moradia. Hoje, a população da Baixada Fluminense continua a sofrer com a precária infraestrutura urbana, a falta de políticas e serviços públicos. As alternativas de transporte são limitadas e custosas, a falta de água ou o abastecimento intermitente é constante, além dos casos de enchentes e alagamentos que castigam famílias.

Desde então, grosso modo, existem duas perspectivas teóricas para enfrentar os desafios gerados pela nossa vida urbana em uma metrópole como a do Rio de Janeiro: aquela que vê a pobreza, as favelas, periferias e regiões como a Baixada Fluminense como “problemas sociais” e a que supera essa visão estigmatizadora e as vê como resultado da forma como as cidades são produzidas no capitalismo. Seguindo esta última perspectiva, não há dúvidas que

a urbanização brasileira tem, historicamente, produzido a formação de cidades desiguais, onde se observa a sistemática negação do direito ao acesso a bens e serviços urbanos para amplas parcelas da população. E a metrópole fluminense é o infeliz exemplo bem-acabado, espremido entre o mar e o bioma da Mata Atlântica, com suas amenidades naturais, que forma uma extensa área conurbada, com ilhas de afluência, cercada por territórios de pobreza e miséria.

A falta de uma política pública de provisão de habitação popular que acompanha a formação das metrópoles brasileiras e o racismo estrutural ficam evidentes na Pesquisa Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil (IBGE) de 2018. No Rio de Janeiro, 30,5% das pessoas pretas e pardas residiam em favelas, contra 14,3% das pessoas brancas. Em termos de cobertura de saneamento básico, o quadro se repete. No mesmo ano, o contingente de pretos e pardos foi a maioria vivendo em locais com infraestrutura inadequada e exposição a vetores de doença: 12,5% de pretos e pardos residem em locais sem coleta de lixo e apenas 6,0% entre a população branca; em locais sem abastecimento de água por rede geral, pretos e pardos representavam 17,9%, e brancos 11,5%; em locais sem esgotamento sanitário por rede coletora ou pluvial, pretos e pardos representavam 42,8% da população contra 26,5% de brancos. Esse quadro social e econômico, marcado por tamanha desigualdade e racismo, se agravou desde quando a pandemia do novo coronavírus chegou no Brasil, no primeiro trimestre de 2020.

A COVID-19 NAS FAVELAS E PERIFERIAS: ENTRE O ABANDONO DO ESTADO E A SOLIDARIEDADE

Sendo uma população majoritariamente formada por pessoas negras, cujos vínculos formais de trabalho são raros e a sobrevivência é garantida por meio da inserção em empregos do setor de serviços, precarizados, intermitentes e informais, as medidas de contenção da epidemia geraram um impacto brutal sobre a sua condição de subsistência. Um exemplo deu-se no âmbito do direito ao transporte, já que passou a ser necessário comprovar vínculo formal de trabalho para ingressar nos trens e ônibus intermunicipais. Houve uma sobreposição de violação de direitos, na medida em que as portas das estações de trens e ônibus ficaram lotadas e grandes filas se formaram, com pelo menos 30 minutos de espera, expondo ainda mais os trabalhadores ao risco de contágio. Outro impacto negativo foi a diminuição da renda familiar para os moradores destas áreas que, obrigados pelas determinações estadual e municipal a cumprir a quarentena, passam a enfrentar situação de extrema necessidade. A pandemia, portanto, tem deixado visível a faceta mais cruel de viver numa cidade tão desigual como o Rio de Janeiro: quem fica com os piores efeitos da Covid-19 são os mais precarizados.

SEM SAÚDE, ÁGUA E “ISOLAMENTO SOCIAL”

Muito antes que a epidemia de Covid-19 chegasse às favelas e periferias a situação da precariedade dos serviços de saúde que atendem estes territórios já era uma realidade. A lógica neoliberal, que orienta a gestão dos serviços públicos no Rio de Janeiro, fez com que, ao longo dos últimos anos, a Empresa Pública Rio Saúde fosse sucateada e as Organizações Sociais de Saúde, que operam por meio de parceria público-privada, assumissem os serviços nas unidades básicas e em hospitais. A péssima qualidade do atendimento oferecido pelas Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) da cidade do Rio de Janeiro não deixa dúvida. Outro exemplo da negação do direito à saúde à população das favelas e periferias deu-se em 2019, quando o então prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella (PRB), diminuiu drasticamente as equipes de Saúde da Família, Saúde Bucal e dos Núcleos de Atenção à Saúde da Famílias (NASF), assim como atrasou os salários dos funcionários vinculados a estes equipamentos. Na ocasião ocorreu a paralisação dos profissionais da saúde que, mesmo mantido o mínimo de 30% dos serviços, impactou diretamente a população negra e pobre, que tem o Sistema Único de Saúde (SUS) como a única forma de acessar o direito à saúde. Ainda nessa linha, não podemos esquecer que no plano federal a Emenda Constitucional 95/2017 congelou o teto dos gastos públicos por 20 anos. Deste modo, a lentidão e a inófia de respostas por parte das autoridades para com as populações pobres em relação à Covid-19 se somam à sensação de desamparo já conhecida pela população favelada e periférica.

No que se refere à imposição do distanciamento social e higienização das mãos como medida preventiva à Covid-19, a realidade das favelas, periferias e ocupações urbanas impõe desafios enormes: casas de apenas um cômodo, sem ventilação, geralmente compartilhadas por muitas pessoas, onde pessoas idosas convivem com jovens, adultos e crianças. Portanto, o distanciamento social na favela é impraticável tanto do ponto de vista habitacional quando do ponto de vista dos modos de vida que, diferente da classe média, expandem a casa além dos seus muros. Quanto à necessidade de “lavar as mãos” a pergunta sem resposta é a seguinte: com que água? O direito à água não é uma realidade para muitos moradores de favelas e periferias! Não é à toa que nesses locais as casas têm mais de uma caixa d’água, resultado do abastecimento intermitente e precário que serve essas áreas. Ali, reservar água é uma questão de sobrevivência.

ALTERNATIVAS QUE VÊM DE DENTRO

Diante do quadro de poucas ações governamentais para as populações de favelas e periferias, os próprios moradores têm se mobilizado e criado alternativas de enfrentamento à proliferação da Covid-19 no Rio de Janeiro. Essas ações se baseiam em algumas frentes:

- Ⓐ compartilhamento e coleta de informações (prevenção, disseminação, sintomas) sobre a Covid-19;
- Ⓑ recolhimento de doações para compra de alimentação e materiais de limpeza;
- Ⓒ medidas educativas sobre a importância do racionamento de água;
- Ⓓ medidas de monitoramento de pessoas que se encontram dentro dos grupos de risco.

Nas favelas do Complexo do Alemão, por exemplo, foram desenvolvidas ações de recolhimento de cestas básicas e doações de alimentos, álcool em gel, sabão; além de ações de conscientização dos moradores acerca da importância do distanciamento social e da lavagem das mãos. A ação é realizada por meio de carros de som e cartazes no território. Devido à ausência de recursos básicos de saneamento e saúde, esta favela tem sofrido com a falta d’água, o que levou os moradores a adotarem medidas de compartilhamento e racionamento da água. A solidariedade se destaca em tempos de caos.

No Complexo da Maré os moradores utilizam as rádios da comunidade para divulgar informações sobre a prevenção à Covid-19, inclusive o funk tem sido instrumento de conscientização. Também estão sendo feitas gravação de vídeos por moradores que alimentam a campanha comunitária de esclarecimento sobre a Covid-19. Foi disponibilizado, ainda, um número de Whatsapp para tirar dúvidas.

Em Manguinhos, o Fórum Social de Manguinhos e as Mães de Manguinhos deflagraram campanha em suas redes sociais para recebimento de cestas básicas e kits de limpeza, como forma de colaboração com os moradores que se encontram desempregados e em situação de vulnerabilidade.

Em todas essas favelas os próprios moradores estão fazendo um monitoramento dos idosos e suas necessidades, para que eles não precisem sair de casa. Voluntários e coletivos estão em constante contato com as unidades de saúde para atualização de informações e medidas que possam ser tomadas para a prevenção.

Apesar das dificuldades de acesso à internet que a população de favela enfrenta, as redes sociais têm sido importante instrumento para divulgação de informações. Em várias páginas das organizações da sociedade civil das favelas e periferias há diários virtuais produzidos pelos próprios moradores, matérias jornalísticas, vídeos e boletins informativos sobre a Covid-19.

Na Baixada Fluminense destacamos a articulação “#CoronaNaBaixada” que reúne cerca de 100 lideranças e organizações locais para combater a proliferação da Covid-19 e apontar propostas para enfrentar a crise nesse momento de pandemia. Em “Carta Manifesto”, a falta de coordenação entre os municípios da Baixada e o governo do estado. Muitos municípios da região não seguiram e, mesmo com o agravamento da epidemia, ainda não seguem as orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e das autoridades sanitárias.

No momento, todos vivemos a sensação da incerteza sobre condições mínimas de subsistência. A diferença é que, para quem vive nas favelas e periferias, além da incerteza causada pela pandemia existe o medo de que em nome da Covid-19, tudo possa ser utilizado como justificativa para suspensão de direitos que, no limite, pode gerar mortes cujo fim não tem nenhuma relação com o vírus. As violências cometidas pelas forças de segurança, pela precariedade dos serviços de saúde e saneamento são questões que devem permanecer sendo monitoradas.

FASE RJ

Por fim, mais uma vez as populações de favelas e periferias estão submetidas à uma sobreposição de tipos de violência que precisam ser enfrentadas. No momento em que existe uma disputa ideológica entre “salvar vidas” *versus* “salvar a economia” é fundamental defender princípios que orientaram a construção do Estado de Bem-Estar Social em alguns países do mundo. Mesmo longe de ser uma realidade num país como o Brasil atual, acreditamos que a defesa de direitos é estratégica, parte da agenda para a disputa política.

.....

PARA SABER MAIS

- A INVENÇÃO DA FAVELA: DO MITO DE ORIGEM À FAVELA
Autora: Licia do Prado Valladares
- CIDADE REBELDE: AS REVOLTAS POPULARES NO RIO DE JANEIRO NO INÍCIO DO SÉCULO XX
Autora: Jane Santucci
- DOS BARÕES AO EXTERMÍNIO UMA HISTÓRIA DA VIOLÊNCIA NA BAIXADA FLUMINENSE
Autor: José Cláudio de Souza Alves



A defesa da água como um bem comum para enfrentar o neoliberalismo

*"O correr da vida embrulha tudo; a vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem."*¹

O Brasil possui 12% de toda a água doce superficial existente no mundo. Temos em nosso território dois dos maiores aquíferos do planeta – o Guarani e o Alter do Chão –, e o maior rio do mundo em vazão, o Amazonas. A riqueza dos nossos biomas, mesmo com as violações socioambientais cometidas pelas corporações, ainda consegue garantir um ciclo hidrológico capaz de alimentar nossos mananciais superficiais e subterrâneos. Esses mananciais garantem a produção de alimentos saudáveis no campo e nas florestas, o agroextrativismo que estabelece uma relação harmônica com a natureza, a agricultura familiar e a agroecologia, o abastecimento de água para o uso doméstico. São desses mananciais que empresas públicas e privadas de abastecimento de água e saneamento, captam, tratam e distribuem água para os quase 6 mil municípios do Brasil.

No entanto, toda essa riqueza, fundamental à vida, com diferentes significados e usos para culturas e tradições, está ameaçada. Com a escassez de água no mundo, o Brasil, já faz tempo, é cobiçado pelas grandes corporações. Setores econômicos e financeiros intensificam a pressão para transformar a água em mercadoria. Seguindo a lógica de suprir a sede insaciável por lucro, a água, para esses grupos, serve de lastro a contratos no mercado financeiro especulativo, igual a qualquer outro produto, como a soja, o café, o ferro, o petróleo etc. A água, em alguns países, já está integrada ao mercado financeiro, tendo seus contratos precificados para transações especulativas. Além dessa tentativa de captura da água pelo mercado financeiro, fundos de investimentos internacionais, corporações da construção civil, entre outros, estão interessados em adquirir as empresas públicas responsáveis pelo abastecimento de água do Brasil. O setor privado vê o Brasil como a grande oportunidade de ampliar o seu lucro, tendo como matéria-prima prioritária a água. Um bem que, como apresentado na abertura deste texto, existe de forma abundante em nosso país.

Segundo dados de 2018, do Sistema Nacional de Informação do Saneamento (SNIS), 5,2% dos serviços do setor de água e saneamento são prestados por empresas privadas, enquanto 95% são prestados por empresas públicas municipais e estaduais. Essas atendem 72%



AERCIO BARBOSA DE OLIVEIRA

Educador popular, coordenador da FASE RJ e mestre em filosofia no programa de pós-graduação da UERJ



CAROLINE RODRIGUES DA SILVA

Assistente Social e educadora da FASE RJ, doutora em Serviço Social (PPGSS/ PUC-SP)

1. Passagem proferida pelo Riobaldo, personagem do "Grande Sertão: Veredas" de João Guimarães Rosa.

de todo o país, e estão sob a responsabilidade de 27 empresas públicas estaduais, avaliadas em mais de R\$ 200 bilhões. Tanta riqueza e estrutura instalada justificam a pressão e todo o tipo de *lobby* no Congresso Nacional, as campanhas diretas e indiretas nas mídias corporativas. Disseminando ideias que o mercado será capaz de universalizar os serviços do setor, essas campanhas conseguiram fazer com que a maioria dos congressistas, aliados do governo genocida, aprovassem a alteração do marco regulatório do saneamento e do abastecimento de água, a lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020, em plena pandemia. Essa nova legislação acelera o processo de privatização do patrimônio público de água e saneamento e cria todas as dificuldades possíveis para manter uma empresa pública nesse segmento.

Mesmo antes da aprovação dessa lei, o governo federal, nos últimos anos, cortou todo o investimento para a expansão da capacidade das empresas públicas e disponibilizou recursos públicos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para o setor privado. O valor disponibilizado foi de R\$ 42 bilhões para fundos de investimentos e empresas privadas interessadas em adquirir as concessões das empresas públicas brasileiras. Logo na sequência da aprovação da lei nº 14.026 empresas públicas entraram no circuito das privatizações, como é o caso da Companhia de Saneamento do Estado de Alagoas (CASAL), ocorrida em setembro de 2020. Essa foi a primeira privatização com o apoio do BNDES na modelagem da licitação. A empresa foi leiloada na Bolsa de Valores B3, em São Paulo, adquirida pela empresa canadense BRK Ambiental. Esta administrará o serviço de fornecimento de água e esgoto de Maceió e outros 12 municípios da Região Metropolitana do estado.

Outro exemplo emblemático deu-se no Rio de Janeiro, onde a Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (CEDAE) foi leiloada em abril de 2021, apesar de vetos legislativos, disputas jurídicas e pressão popular. Prevendo inicialmente outorga mínima de R\$ 10,6 bilhões, a operação finalizou com outorga de R\$ 22,6 bilhões. Considerando que o Estado do Rio de Janeiro encontra-se no vermelho pelo menos desde 2017 esse valor pode parecer um êxito, contudo, as aparências enganam conforme demonstraremos:

- Ⓐ R\$ 17 bilhões destes R\$ 22 bilhões poderão ser financiados por recursos públicos do BNDES, ou seja, vende-se o patrimônio público e ainda paga-se a conta;
- Ⓑ Apenas 85% (R\$ 9 bilhões) desse valor irão para o Estado e 15% para os municípios;
- Ⓒ Destes R\$ 9 bilhões, R\$ 4,5 bilhões já estão comprometidos com o pagamento da dívida contraída pelo estado junto ao Banco francês BNP Paribás;

- Ⓓ A Cedae é a única estatal do estado que tem lucro anual de R\$ 1,3 bilhão, o que significa que em poucos anos ela própria já retornaria aos cofres públicos o valor pela qual está sendo alienada.

Para garantir viabilidade econômica ao leilão da Cedae o estado do Rio de Janeiro foi dividido em quatro grandes blocos formados por municípios da região metropolitana e municípios do interior, divisão que não respeitou regras de planejamento urbano tão pouco as dinâmicas locais. Houve quatro consórcios² interessados no leilão, no entanto, apenas dois ganharam, são eles: o consórcio Aegea, que tem entre seus controladores o Fundo Soberano de Cingapura (GIC), a Corporação Financeira Internacional (IFC, do Banco Mundial) e o grupo Itaú, ganhou os blocos 1 e 4. Já o consórcio Iguá Saneamento, que tem entre seus controladores o *Canada Pension Plan Investment Board* (CPPIB) e o BNDESPAR, braço de participações do BNDES, levou o bloco 2. O bloco 3 não foi leiloado. Como se pode observar, o leilão da Cedae exemplifica bem o oportunismo das empresas privadas de ampliar sua margem de lucro a partir dos serviços de saneamento brasileiros.

Portanto, o Brasil reedita com toda a radicalidade o ideário neoliberal que foi implementado nas décadas de 1980 e 1990. Naquelas décadas, a experiência de privatização em outros países mostrou que transferir ao “mercado” a responsabilidade pela universalização dos serviços de água e saneamento obteve resultados inexpressivos. A água ficou mais cara para o consumo e os serviços ficaram mais precarizados, os benefícios serviram apenas a famílias abastadas. Várias empresas de saneamento em capitais como Buenos Aires, Paris, Berlim e tantas outras cidades, onde governos foram seduzidos pela cantilena neoliberal, reestatizaram os serviços de água e saneamento. Pode parecer tolice, mas é sempre bom destacar que a água é um bem que ainda não é possível ser feito pelo ser humano, portanto, para que continue disponível, a forma como nos relacionamos com suas fontes é determinante. Isso significa reduzir a poluição, garantir áreas com vegetações adequadas no entorno dos mananciais, possibilitar o fluxo e a recarga das águas subterrâneas, contendo a impermeabilização do solo nas áreas urbanas, desenvolver técnicas e procedimentos que facilitem o seu armazenamento e a sua distribuição. É difícil considerar que agentes econômicos, acionistas de corporações, investidores em fundos financeiros sejam capazes de colaborar para que esse conjunto de ações obtenha resultado em direção à sustentabilidade e à universalização da provisão de água. A lógica do capitalismo não deixa dúvida quanto à notória contradição entre universalização e lucro. Esse só pode ser extraído de quem pode pagar: quem paga tem, quem não paga fica sem. Assim, a ideia de universalização de um serviço essencial para toda a população, não se sustenta, naufraga.

VULNERABILIDADE URBANA HÍDRICA

Além dos riscos impostos pela dinâmica mercantil, a região metropolitana fluminense caracteriza-se por elevada vulnerabilidade hídrica. O rio Paraíba do Sul é a principal fonte de abastecimento de cerca de 9 milhões de pessoas da metrópole fluminense, cuja água é captada e tratada na Estação de Tratamento de Água Guandu. Nos últimos anos o Paraíba do Sul tem reduzido a sua vazão. O assoreamento das suas margens, o despejo de efluentes indústrias, as alterações climáticas, com longos períodos de estiagem ameaçam gravemente o abastecimento de água.

A região metropolitana fluminense também sofre com os eventos climáticos extremos, principalmente com as chuvas. Com o déficit habitacional histórico, milhares de famílias passam a viver em áreas de encostas, com alta declividade, ou próximas aos rios, em casas com padrão construtivo precário. Com essa configuração urbana, durante as chuvas intensas ou prolongadas famílias ficam desabrigadas por causa das enchentes e deslizamentos, sendo que muitas delas chegam a perder a vida em decorrência dos eventos. Essas mesmas chuvas produzem grandes transtornos para a circulação de pessoas e veículos na metrópole, pois ou o sistema de drenagem está saturado, ou não existe.

A nossa metrópole fica no bioma da Mata Atlântica comprimida entre a serra e o mar, uma geografia naturalmente propicia para elevados índices pluviométricos. É uma região cortada por muitos rios, muitos dos quais estão canalizados, o que faz com que a maioria da população os desconheça. Para enfrentar os efeitos desses eventos climáticos extremos e a vulnerabilidade hídrica, as autoridades públicas, com a participação de quem vive e trabalha nesses territórios, precisaria implementar medidas de adaptação e mitigação. Os planos de saneamento dos municípios e as legislações para enfrentar as mudanças climáticas precisariam ser efetivadas. Infelizmente, não é isso o que ocorre.

A ÁGUA COMO UM BEM COMUM

Num país como o Brasil, onde nunca houve um interesse coletivo de zelar pelos serviços públicos e as próprias instituições públicas sempre operaram a partir de práticas personalistas, clientelistas e coronelistas, apropriando-se privadamente do que é público, a defesa dos serviços públicos já não basta. O enraizamento social dessa nossa característica patrimonialista é tão forte que é entendida como virtude em vez de um déficit democrático, ou seja, o acionamento de relações pessoais, conchavos, compadrios, pistolões para soluções dos problemas coletivos foi naturalizado pela sociedade.

Outra questão que expõe os limites dos serviços públicos é o fato deles serem geridos pela lógica neoliberal. Tal lógica transformou

os princípios da igualdade, da universalidade e da distribuição equitativa dos direitos preconizada pela Constituição Federal de 1988 em princípios da focalização, da centralização e da seletividade. Nesse bojo, os serviços públicos deixam de corrigir as desigualdades sociais e passam a posicionar-se como empresas públicas que devem diminuir os gastos públicos com políticas públicas e redirecioná-los para o mercado financeiro ao qual estão relacionadas pelas dívidas públicas. A sobreposição da técnica às questões políticas e sociais também se tornou um forte argumento que estabelece relações hierarquizadas entre os funcionários da governança pública e os usuários dos serviços.

Uma alternativa que a perspectiva dos comuns nos traz para enfrentar essas questões é a defesa dos serviços públicos como instituições públicas. Tais serviços não são apenas instrumentos de dominação do Estado ou um espaço dominado pela governança empresarial, mas instituições da própria sociedade que se destinam a garantir as necessidades da população. Isso significa que o Estado e suas instituições são lugares de tensão e luta. A perspectiva dos comuns pode nos ajudar a enfrentar o patrimonialismo nos serviços públicos, a burocracia estatal, o corporativismo dos funcionários públicos, o centralismo das informações de interesse coletivo, os poderes que não conversam e inviabilizam o acesso aos direitos e as portas que não se abrem para a população.

O comum é uma construção política, ou melhor, uma instituição da política. Dizer que o comum, como indica sua etimologia, é político já de imediato significa que ele obriga a conceber uma nova instituição da sociedade. Ele não é "anarquista", no sentido de incitar a negação pura e simples do poder, de se traduzir – de forma contraditória, aliás – em rejeição a toda e qualquer autoridade. Ao contrário, o comum leva à introdução em toda parte, de maneira mais profunda e sistemática, da forma institucional do autogoverno, esta, se formos fiéis, convirá distinguir daquilo que na história do século XX conhecemos como autogestão; esta, se formos fiéis ao significado de gestão, limita-se à dimensão da organização e só diz respeito à administração das coisas. O comum, tal como entendemos aqui, significa antes de tudo um governo em que todas as pessoas participem das decisões, das instituições e da elaboração de regra que ele adote para organizar suas relações. Por isso, tem raízes na tradição política da democracia participativa.

É importante lembrar que os comuns têm a ver com um projeto político de transformação das nossas relações sociais e de criação de uma alternativa ao capitalismo, por isso, não se restringe às possibilidades políticas criadas pelas lógicas da propriedade privada, do Estado e do mercado. Ao criar relações sociais baseadas na solidariedade e não na competição, os comuns podem nos ajudar a construir formas de transição social onde as instituições públicas sejam apropriadas pela

AERCIO BARBOSA
DE OLIVEIRA

CAROLINE
RODRIGUES
DA SILVA

70/71

sociedade de tal forma que contribuam para transformarmos a lógica patrimonialista em lógica comunal, a lógica do clientelismo na lógica do direito, a lógica empresarial na lógica do comum.

Assim, concluímos entendendo que a defesa da água como um comum requer compreendermos que além de ser um bem que ainda não é feito pelo ser humano, ela tem diferentes sentidos sociais: para uns é um direito humano, para outros é sinônimo de saúde, outros ainda a veem como essencial para produção de alimentos, para aqueles que tem uma relação espiritual ela é sagrada, é como a própria vida. Ao reconhecer todos esses sentidos sociais a defesa da água como um comum disputa a lógica neoliberal de gestão pública que a vê como um recurso natural passível de expropriação infinita e, em sentido contrário, propõe a criação de instituições da sociedade, e não do mercado, que sejam capazes de fazer a gestão comunitária dos recursos hídricos. Uma gestão que não seja essencialmente técnica, mas que reconheça os saberes e conhecimentos populares, uma gestão que não seja engessada pela cultura política da administração estatal, mas que permita a criação de formas institucionais de autogoverno. As experiências de Nápoles, na Itália e de Cochabamba, na Bolívia, podem servir de inspiração para defesa da água como comum.

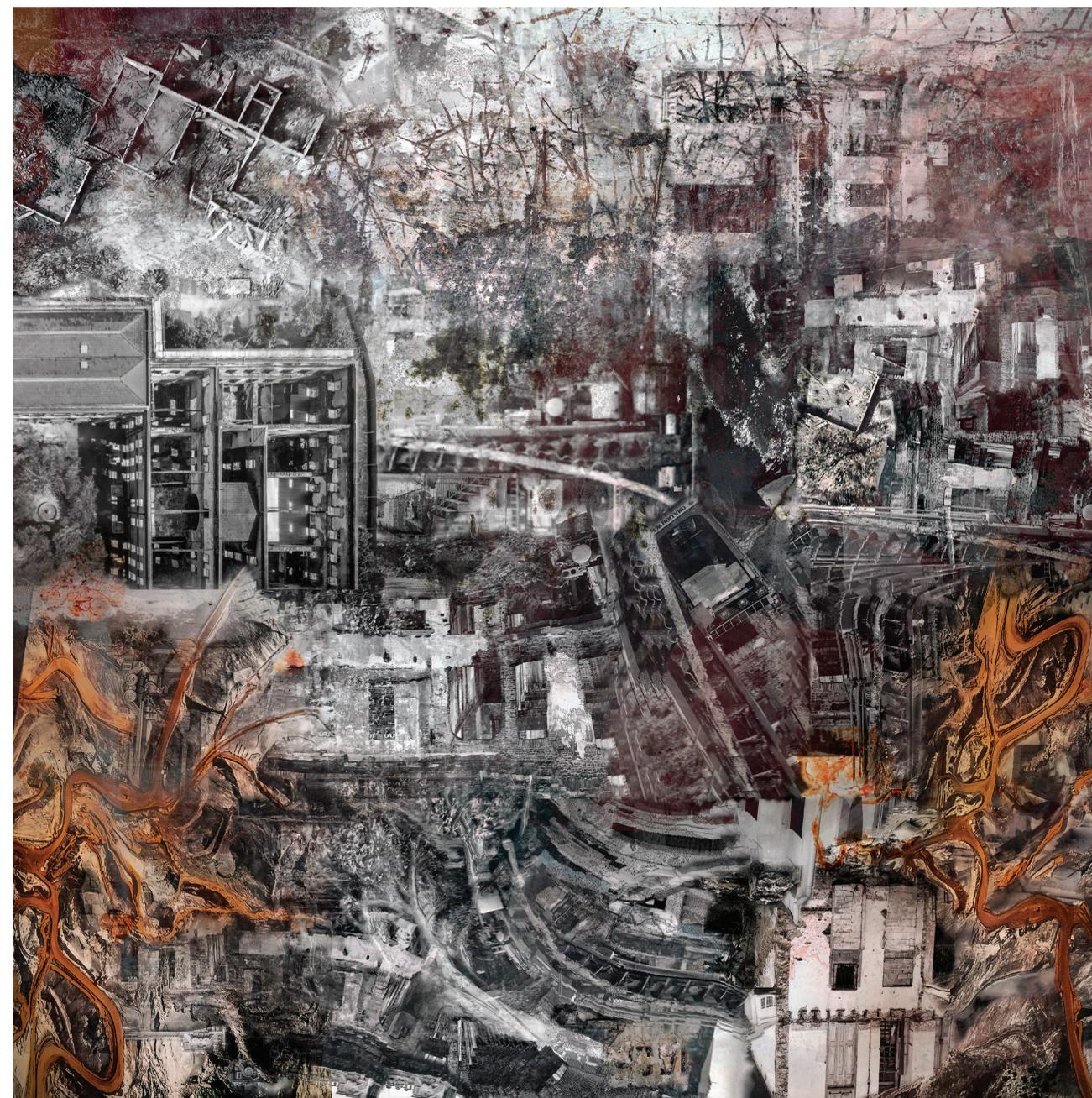
AERCIO BARBOSA
DE OLIVEIRA

CAROLINE
RODRIGUES
DA SILVA

.....

PARA SABER MAIS

- ANIMAÇÃO O QUE É ÁGUA?
<https://www.youtube.com/watch?v=O-gyRX-9PkY>
- CARTILHA MINERAÇÃO VEM AÍ, E AGORA?
<https://fase.org.br/pt/acervo/biblioteca/a-mineracao-vem-ai-e-agora/>
- ONDAS
<https://ondasbrasil.org/>
- COMUM: ENSAIO SOBRE A REVOLUÇÃO DO SÉCULO XXI
Autores: Pierre Dardot e Christian Laval / Tradutor: Mariana Echalar
- DOCUMENTÁRIO "BOLÍVIA, A GUERRA DA ÁGUA"
www.youtube.com/watch?v=-7ZnaY0ateo&ab_channel=CarlosPronzato



Neoliberalismo e violência¹

*"Sonho que se sonha só
É só um sonho que se sonha só
Mas sonho que se sonha junto é
Realidade"²*

Existe consenso entre quem se mobiliza contra as injustiças sociais e por uma democracia substantiva que as causas das violências presentes em nossa sociedade podem ser encontradas na teoria da formação social brasileira. Principalmente as violências cometidas pelo Estado contra moradores e moradoras de favelas e periferias das cidades. Séculos de escravidão alimentam o racismo, a formação de um *éthos*³ social que normalizam as violências, sejam as estatais, domésticas ou cometidas no espaço público. Violências que se mostram como um dos maiores obstáculos para garantir a igualdade de direitos e oportunidades, sobretudo a negros e negras, indígenas, povos tradicionais; a pessoas com baixo rendimento e limitada capacidade para influenciar nas decisões políticas e econômicas do país; e àquelas que não se enquadram no modo de vida hegemônico. Séculos de uma estrutura patriarcal colabora para termos uma sociedade misógina e homofóbica, onde as diferentes formas de opressão contra a mulher, contra quem tem relações homoafetivas são frequentes e as ações para reverter essa situação encontram fortes resistências. Séculos de patrimonialismo ajudam a moldar o comportamento da elite política e econômica que, ao ocupar posições dentro do Estado, com cargos eletivos ou não, trata a coisa pública como se fosse sua propriedade. Em resumo, violência, o uso da força física ou bélica, passa a ser o meio mais comum, quase uma instituição dentro das instituições, utilizada para a resolução de conflitos de diferentes ordens. Contudo, a essa tríade – racismo, patriarcado e patrimonialismo – combatida e denunciada diariamente, que acentua nossas cargas sociais, adiciono um quarto fenômeno social e econômico, que passou a ganhar espaço entre nós, nos últimos 30 anos: o neoliberalismo, entendendo-o não só como um programa econômico, mas, também, como um conjunto de premissas capazes de influenciar o comportamento humano, o nosso modo de vida, a nossa autoimagem. Esse fenômeno, associado à nossa trágica herança escravocrata, nos



**AERCIO BARBOSA
DE OLIVEIRA**

Educador popular,
coordenador da
FASE RJ e mestre
em filosofia no
programa de
pós-graduação
da UERJ

1. Agradeço a Monique Cruz, pesquisadora, defensora de Direitos Humanos da Justiça Global e integrante do Fórum Social de Manguinhos que, gentilmente, me apresentou uma bibliografia sobre o tema.
2. Trecho da música "Prelúdio", de Raul Seixas.
3. Conjunto dos costumes e hábitos fundamentais, no âmbito do comportamento (instituições, afazeres etc.) e da cultura (valores, ideias ou crenças), característicos de uma determinada coletividade, época ou região.

ajuda a entender boa parte da brutalidade cotidiana, com todo tipo de violência, assassinato, privação de liberdade sem julgamento justo, nas favelas e periferias urbanas do país.

Desde a década de 1970, a economia mundial passa por uma profunda transformação em sua maneira de produzir e fazer circular seus bens para o consumo e para a reprodução de riqueza. Com efeito, essas mudanças impactaram o funcionamento do Estado e o conjunto de valores que configuram a base ética das sociedades. São transformações, de acordo com a cultura, a formação social e institucional de cada país, efetivadas e sentidas desigualmente e em diferentes momentos no tempo. No caso do Brasil, essas transformações neoliberais, que ganharam viço no Reino Unido e nos Estados Unidos da América, no início da década de 1980, chegaram aqui, no início da década de 1990, mas ganhou mesmo força de 1995 até 2002. Período que Fernando Henrique Cardoso (FHC, do PSDB) governou o país e assumiu as principais orientações do Consenso de Washington⁴ dogmáticamente. Os governos de Fernando Collor de Mello e Itamar Franco tomaram medidas neoliberais tímidas, incomparáveis com as realizadas pelo sucessor. E é a partir desse período, que se identifica o aumento em números relativos e absolutos das mortes violentas⁵ e o crescimento da população carcerária⁶. A série histórica organizada pelo Departamento Penitenciário Nacional (DPN) indica que a taxa de aprisionamento anual por 100 mil habitantes em 1990 era de 61 e chega a 359,4 no ano de 2019. Sabemos que a privação da liberdade e a morte violenta, são pouco analisadas como consequência também do neoliberalismo. Há exaustivas análises que tratam dos seus impactos nas políticas sociais e na macroeconomia, no entanto, infelizmente, os trabalhos que estabelecem essa relação, diretamente, a mortes e encarceramento ainda estão aquém da necessária crítica e análise.

O neoliberalismo, no Brasil, adotado por muitos governos, nas diferentes esferas da federação – União, Estados e Municípios –, liquidou boa parte do patrimônio público, precarizou serviços e investimentos, e a União, principal fiadora dos empréstimos efetuados pelos demais entes da federação, aumentou vertiginosamente o endividamento do Estado. Isso significa transferência dos impostos e tributos arrecadados a banqueiros

4. Documento produzido por economistas neoliberais que indicava medidas como a redução dos gastos públicos, desregulamentação das legislações econômicas e trabalhistas e privatização das estatais, que orientou muitos governos do mundo, especialmente os dos países do Sul Global.
5. Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2021. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/07/anuario-2021-completo-v4-bx.pdf>>. Acesso em: 5 out. 2021.
6. Taxa de aprisionamento anual por 100 mil habitantes, segundo Departamento Penitenciário Nacional, entre 1990 e 2020. Disponível em: <<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiZTU2MzVhNWYtMzBkNi00NzJlLTlOWItZjYwY2ExZjBiMWNmIiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MwYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9>>. Acesso em: 5 out. 2021.

e especuladores financeiros. Legislações foram alteradas, emendas constitucionais não pararam de ser produzidas para dar toda segurança aos agentes financeiros, principalmente aos credores do Estado. Ao longo desse período a exclusão social e a garantia de que credores do Estado teriam seus ganhos assegurados foram constitucionalizadas em três grandes leis: a Lei de Responsabilidade Fiscal⁷, as Emendas Constitucionais que estabeleceram a Regra de Ouro⁸ e o Teto de Gastos⁹. Mesmo nos governos Lula e Dilma (ambos do PT), quando houve medidas para enfrentar a nossa desigualdade com o incremento de políticas sociais e a garantia de ganho real nos reajustes do salário mínimo, os fundamentos da política econômica neoliberal foram mantidos. No período desses governos, de 2003 a 2016, não se adotou nenhuma medida que alterasse a estrutura da economia – por exemplo, realizar a reforma tributária tendo a progressividade por princípio, criar normas capazes de conter o poder do capital etc. – ou a lógica da política de segurança pública. Embora seja inegável que nesse mesmo período tenha havido um aumento de contratos de trabalhos formais, com carteira assinada, também cresceu a quantidade de trabalhadoras e trabalhadores que se tornaram Microempreendedor Individual (MEI) – se disseminou a chamada “pejotização”, onde as pessoas passaram a ser empreendedoras de si mesmo.

Atualmente, na entrada da terceira década do século XXI, nos deparamos com Estados e governos colonizados quase que absolutamente por representantes dos interesses das corporações e de instituições financeiras. Na maioria dos países, os governos e as estruturas do Estado se tornaram advogados dos capitalistas e inimigos do povo. As ideias neoliberais, mesmo após tantas crises, mesmo com a recente proposta econômica do presidente dos EUA, Joe Biden, de retomar o papel do Estado de indutor do crescimento econômico e de garantir o bem-estar das pessoas¹⁰, continuam predominantes. Empresas capitalistas estão mais

7. Estabelece um conjunto de normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, mediante ações para prevenir riscos e corrigir desvios que possam afetar o equilíbrio das contas públicas.
8. Instituída pelo Artigo 167 da Constituição, a regra de ouro estabelece que o governo só pode emitir dívida pública para rolar (renovar) a própria dívida ou para cobrir despesas de capital, como investimentos em obras públicas e amortizações.
9. Aprovada em dezembro de 2016, a Emenda Constitucional (EC) nº. 95 estabeleceu o congelamento do gasto público em educação, saúde, assistência e em outras políticas sociais por vinte anos. Para saber mais ver: <<https://www.inesc.org.br/eto-de-gastos-entidades-lancam-apelo-publico-e-entregam-documento-ao-stf/>>. Acesso em: 5 out. 2021.
10. O atual presidente dos EUA apresentou ao Congresso o projeto econômico “Reconstruir o Melhor”, com um “plano de emprego” e “plano das famílias”, além do plano de recuperação da pandemia. O projeto prevê está orçado em 5,9 trilhões de dólares ao longo de 10 anos. Disponível em: <<https://valor.globo.com/eu-e/noticia/2021/10/01/nem-keynes-nem-friedman-joe-biden-quer-iniciar-nova-era-na-politica-economica.ghtml>>. Acesso em: 1 out. 2021.

livres das amarras que limitavam a ampliação dos seus lucros. Para as corporações, agentes financeiros e grandes investidores “o céu é o limite”. Não é só no Brasil e em países do Sul Global que a legislação, que garante mínimos benefícios ao trabalhador, está sendo destruída. Temos exemplos em países da Europa: as manifestações dos Coletes Amarelos, iniciada em 2018, na França, para conter as medidas do Primeiro-Ministro Emmanuel Macron, de reformas fiscais e sociais, foram amplamente noticiadas e dão o tom dessa desconstrução de direitos no coração do capitalismo.

Do lado ideológico e cultural, temos a predominância do “cada um por si”, da dissolução de vínculos de solidariedade. Cada pessoa se atomiza e com o ego inflado pensa depender exclusivamente de si para ter mobilidade social ascendente. Parte ampla da sociedade passa a assumir valores que antes ficavam restritos à economia, como aquele que é o pilar da economia neoclássica – maximizar as vantagens. A lógica empresarial parece orientar as pessoas, as relações pessoais e as instituições públicas e privadas, dando sentido às considerações que afirmam que a economia é a nova religião – que desempenha esse papel há séculos. Perspectivas como “aquele que está do meu lado é um concorrente em potencial, uma ameaça, e preciso conter o seu avanço” ou “se a sua vida não está boa é porque você não se empenha adequadamente para ela melhorar” são cada vez mais presentes. A cultura neoliberal conseguiu introjetar nas subjetividades que questões sociais podem ser resolvidas individualmente. A economia passou a influenciar todos os domínios da vida.

Essa transformação das ideias ocorre ao lado das transformações tecnocientíficas. Estamos próximos da Quarta Revolução Científica, em que se amplia as fronteiras do conhecimento na neurociência, na robótica, na biologia e na ciência da computação. Áreas do conhecimento cujos resultados impactam a sociabilidade, a cultura, a maneira de praticar a política etc.

Nessa combinação da técnica com a cultura neoliberal, cresce o número de desempregados, precarizados, a uberização¹¹. Legislações trabalhistas e previdenciárias são destruídas. O desamparo é constitucionalizado e vira “letra escrita em mármore” – a lápide que indica a morte de direitos e, literalmente, a morte de determinados sujeitos. Os melhores empregos são para poucos, exigem a especialização. O trabalho precário é para a maioria da população e, mesmo assim, há um contingente que não consegue trabalho algum. O período da pandemia provocada pelo novo coronavírus só agravou essa tragédia

11. Trabalho que são mediados por aplicativos, normalmente precário – excesso de horas de trabalho e sem garantias trabalhistas.

do sistema capitalista. Estamos bem próximos das condições dos trabalhadores e trabalhadoras do século XIX. Em vários países do mundo, antes mesmo da pandemia, o desemprego era alto, principalmente entre os jovens. Mesmo assim, a riqueza, concentrada nas mãos de poucos, só fez aumentar.

Com o quadro descrito até aqui, surge a seguinte questão: se não é possível garantir políticas sociais, pois o Estado deve priorizar o pagamento das dívidas; se não é possível garantir pleno emprego, pois a tecnologia e elimina postos de trabalho e cria formatos precários de empregabilidade, que destino dar a quem não consegue trabalho, os e as “sobrantes”, o precariado, o sem-trabalho, o sem-teto, o sem ter o que comer?

São questões como essa que boa parte dos governos, candidatos a cargos públicos, CEO¹² de corporações e economistas esqueceram ou que ocupam pouco espaço na agenda política e econômica de governos¹³. O que vemos são medidas pontuais – ações sociais de empresas, políticas de assistência social fragmentadas e focalizadas etc. –, incapazes de alterar ou reduzir substantivamente os males sociais do nosso tempo. Não mexem em uma estrutura que produz e aumenta a desigualdade.

No entanto, o neoliberalismo não é capaz de evitar que bilhões de pessoas percebam o quanto a vida é insuportável. Mesmo os mais crédulos, que achavam que tudo poderia ser resolvido pelo esforço pessoal, passam a contestar as promessas neoliberais nunca realizadas para a maioria da população. Afirmarções como a dada pela Primeira-Ministra do Reino Unido Margaret Thatcher, de que não existe sociedade, o que existe são indivíduos, jargão que ela utilizou para justificar as medidas para retirar direitos trabalhistas e precarizar as políticas sociais, não são mais dignas de crédito. Hoje, o neoliberalismo pode ainda convencer bilhões de pessoas, mas há bilhões que sentem o peso da desigualdade. Essas condenam esse tipo de sociedade, cuja desigualdade socioeconômica não para de crescer, transformando a vida da maioria das pessoas do planeta em um sofrimento sem fim. Nas últimas décadas os sinais de insatisfação ocorreram em diferentes

12. Do inglês “*Chief Executive Officer*”, ou diretor executivo.

13. As pesquisadoras e economistas do Fundo Monetário Internacional Martin Cihák, Montfort Mlachila e Ratna Sahay, ao analisarem os dez periódicos mais prestigiosos da área econômica, ao longo da última década, identificaram que só 0,2% de um total de 7.920 artigos trata de raça, desigualdade racial e racismo; o gênero é tratado em 0,8% dos artigos; a pobreza, em 1,4%, e a distribuição de renda, em 2%. Os temas que dominam são política monetária, 7,4% das publicações; a liquidez do mercado financeiro, em 4,3%, e os preços de ativos de capital, em 3,8%. Disponível em: <<https://valor.globo.com/eu-e/noticia/2021/10/01/nem-keynes-nem-friedman-joe-biden-quer-iniciar-nova-era-na-politica-economica.ghtml>>. Acesso em: 1 out. 2021.

países do planeta – a Primavera Árabe, no Oriente Médio e no Norte da África (2010); o *Ocuppy Wall Street*, nos EUA (2011); as Jornadas de Junho, no Brasil (2013); os Coletes Amarelos, na França (2018), as manifestações massivas no Chile (2019 a 2020). No Chile, o governo pressionado instituiu uma Assembleia Constituinte para sepultar a atual Constituição, produzida a partir do golpe militar em 1973 – o Chile foi o grande laboratório para a conjunção das ideias neoliberais com um Estado autoritário.

A desigualdade e a ortodoxia neoliberal têm gerado Estados e governos mais autoritários. O capital – corporações industriais, setor de serviços, indústrias digitais, banqueiros, especuladores financeiros etc. – tem colaborado para isso: Estados que possam conter as insatisfações sociais e assegurar o lucro, a reprodução do capital sem obstáculos. No lugar, como outrora, de políticas sociais para garantir a mínima estabilidade social, se coloca a violência estatal e paraestatal como dispositivos para conter os que discordam desse modelo de sociedade. Cada vez mais governos investem em gastos com tecnologias e aparatos para o uso da força contra a sua própria população. A vida urbana, por exemplo, é militarizada e populações são confinadas e atacadas pela força policial em seus territórios, com base em diferentes pretextos (por exemplo, “Guerra às Drogas”) – seja na Palestina, no Complexo do Alemão ou em Baltimore, nos EUA. A lógica belicista e de militarização urbana é a mesma, só muda o lugar e a língua dos verdugos. O encarceramento virou uma política tanto para conter a fúria dos descontentes, como para aumentar o lucro de corporações que atuam nesse setor produzindo cadeias ou prestando serviços penitenciário. Portanto, conclui-se que democracia liberal e Estado de Direito são estruturas sociais e políticas incompatíveis com o capitalismo contemporâneo, neoliberalizante e extremamente financeirizado.

No Brasil, com as suas especificidades institucionais e as marcas da nossa formação social ainda presentes entre nós, parece que essa conjunção entre neoliberalismo e Estado autoritário é quase perfeita. A conjunção Bolsonaro e o seu ministro da economia Paulo Guedes – lembremos que este esteve com a equipe dos neoliberais no Chile, em 1973, que assessoraram o governo do ditador Pinochet –, é o signo que expressa este momento do capitalismo. Desde 2016, com o golpe contra a presidenta Dilma Rousseff (PT), a entrada de Michel Temer (PMDB) na presidência da República e agora com Bolsonaro (sem partido), o autoritarismo se acentua. O governo federal estimula a ideologia da violência, coloca cerca de 6 mil militares dentro da estrutura de governo e cria normas para facilitar a aquisição de arma de fogo entre não militares, com o evidente propósito de aumentar o poder do Estado para usar a força da violência e de estender esse poder àqueles afinados com a ideologia que o presidente da república defende. Além disso, suspeita-se de que há milicianos ocupando postos-chaves no Planalto Central, nos governos e no legislativo dos estados e

municípios. É provado que milicianos atuam no controle de territórios, com serviços ilegais, e prestam serviços a corporações que desejam expropriar famílias de territórios populares. Esses são casos bem conhecidos no estado do Rio de Janeiro.

Portanto, toda essa violência nos territórios de favelas e nas periferias, o assassinato de jovens negros, não é fruto somente da nossa abjeta tradição. Não é somente por causa do racismo, da herança escravocrata, marcas sedimentadas na cabeça das pessoas e nas instituições da nossa sociedade. Tanta violência é alimentada e acentuada também pela nova lógica da reprodução do capital. Uma lógica que captura o Estado, o transformando em seu protetor, de desprezo e ataque a qualquer sinal de Estado Democrático de Direito, de Bem-Estar Social, que poderia enfrentar nosso tão antigo conflito distributivo. Nessa lógica, deve-se abandonar a cínica ideia de que no capitalismo é possível integrar todas as pessoas, mesmo que desigualmente. E sem qualquer constrangimento, no Brasil ou em outros países, a violência contra a população mais vulnerável, com pouco poder de influenciar no sistema político da democracia liberal, é exercida cotidianamente com a anuência das pessoas supostamente “cultas” e “bem-informadas”. Voltamos, infelizmente, a ver os governos adotarem a máxima: “pobreza é caso de polícia!”, estimulados por um presidente da república que faz apologia da morte e um ministro da economia que só quer saber do seu próprio bem-estar e dos endinheirados, iguais a ele. Neoliberalismo e autoritarismo, neofascismo, é uma combinação mórbida que, no cotidiano, aparece nas incursões de caveirões, drones e helicópteros alvejando crianças e jovens em nossas favelas e periferias, e que precisa ser enfrentada incansavelmente.

.....

PARA SABER MAIS

- A NOVA SEGREGAÇÃO EM MASSA
Autor: Michelle Alexander / Tradutor: Pedro Davoglio
- A REPÚBLICA DAS MILÍCIAS”
Autor: Bruno Paes Manso
- AS PRISÕES DA MISÉRIA
Autor: Loic Wacquant / Tradutor: André Telles
- CÁRCERE E FÁBRICA
Autores: Dario Melossi e Massimo Pavani / Tradutor: Sérgio Lamarão
- CURTO-CIRCUITO: O VÍRUS E A VOLTA DO ESTADO
Autora: Laura Carvalho







Apoio:

 **HEINRICH BÖLL STIFTUNG**
RIO DE JANEIRO
Brasil

A publicação aborda as transformações urbanas na metrópole fluminense decorrentes de uma economia internacional que segue a lógica do rentismo e da financeirização. O conflito distributivo, as diversas violências e formas de violações, inclusive as cometidas pelo Estado estão em destaque.

